



TERMO DE REFERÊNCIA

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - IMPLANTAÇÃO DE PASSARELAS PARA PEDESTRES

Processo nº 50615.000227/2021-38

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para **Execução das Obras de Implantação de Passarelas na Rodovia Federal: BR-135/MA; Trecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL – ENTR MA-135/364 (DIV MA/PI) (GUADALUPE); Subtrecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL – ACESSO MARACANÃ; Locais: km 1,50 e km 5,50**, sob jurisdição da Unidade Local de Pedrinhas - MA e coordenação da Superintendência Regional no Estado do Maranhão – SRMA/DNIT, no âmbito do **Projeto Executivo aprovado pela Portaria nº 3267/2025 (SEI nº 21264603)** e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

LOTE	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
Único	5622	Execução das Obras de Implantação de Passarelas na Rodovia Federal: BR-135/MA; Trecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL – ENTR MA-135/364 (DIV MA/PI) (GUADALUPE); Subtrecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL – ACESSO MARACANÃ; Locais: km 1,50 e km 5,50.	Obra	01	R\$ 7.439.666,32	R\$ 7.439.666,32

1.2. O(s) serviço(s) objeto da pretendida contratação são caracterizados como OBRAS, conforme justificativa constante do **Estudo Técnico Preliminar 4. vi)** (SEI nº 14953026), em conformidade com art. 6º, incisos XII da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

1.3. Definições / Informações Essenciais da Contratação:

Superintendência:	Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão
Jurisdição:	Unidade Local de Pedrinhas/MA
Objeto:	Execução das Obras de Implantação de Passarelas na Rodovia Federal: BR-135/MA, Locais: km 1,50 e km 5,50
Rodovia:	BR-135/MA
Trecho:	ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL / ENTR. MA-364 (B) (DIV MA/PI) (GUADALUPE)
Subtrecho:	ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL / ACESSO MARACANÃ
Localização:	km 1,50 e km 5,50
Código do SNV:	135BMA0020
Versão do SNV:	(SNV_202504A)
Orçamento:	R\$ 7.439.666,32 (sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos)
Referência:	SICRO/MA e SINAPI/MA
Data-base:	JANEIRO/2025 (Sem desoneração)
BDI:	31,54%

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses consecutivos**, podendo ser prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O marco inicial de contagem da vigência será a assinatura do contrato ou a data indicada no instrumento contratual, ainda que anterior ou posterior à publicação do extrato no Diário Oficial da União, de que trata o art. 94, caput, da Lei nº 14.133 de 2021.

1.6. O prazo de execução do contrato é de **6 (seis) meses consecutivos**. O marco inicial da contagem da execução será da “**Ordem de Início de Serviço**”, dada pela área gestora do contrato ou pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão.

1.7. Em virtude das concessões de Rodovias Federais que estão sendo planejadas pelo Governo Federal, o contrato posteriormente firmado poderá ser rescindido ou ter segmentos, inicialmente previstos, suprimidos por interesse da Administração antes do prazo de encerramento previsto, sem direito a qualquer tipo de reivindicação pela empresa contratada e sem qualquer ônus ao DNIT.

1.8. Quanto à vantajosidade da **divisão do objeto da licitação em lotes ou parcelas** para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala: Não se aplica. O não agrupamento causaria prejuízo para o conjunto conforme Súmula 247 – TCU/2007, já que a divisão do mesmo acarretaria no acréscimo de custos ao objeto, especialmente, aqueles atinentes à mobilização e desmobilização das equipes, às instalações e manutenções do canteiro de obras e à administração local. Assim, entende-se que o parcelamento do objeto não é vantajoso para a administração, pois as atividades que serão executadas se complementam, não sendo, portanto, tecnicamente viável sua divisão, devendo as atividades ser executadas de forma conjunta. Logo, a contratação única gera:

- Ganhos de produtividade com encadeamento das atividades;
- Otimização da gestão do conhecimento;
- Mitigação dos riscos de desconitualidade da contratação. O parcelamento poderia resultar no fracasso de alguns itens e sucesso de outros, o que comprometeria sobremaneira a sequência de execução dos serviços, podendo ainda, resultar em prejuízo ao erário, na hipótese de inutilização de uma das etapas da licitação;
- Possibilidade de ganhos significativos, haja vista a redução do tempo gasto na transmissão do conhecimento e possíveis adaptações ao projeto a ser executado; e
- Maior potencial de ganho de economia de escala e a centralização das informações, no nível que se pretende, pois facilita o gerenciamento, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços.

1.9. **Desapropriações:** com base nas locações previstas no projeto executivo aprovado, não há previsão de desapropriação de áreas laterais ou adjacentes para a implantação das estruturas. As intervenções estão projetadas integralmente dentro das faixas de domínio público.

1.10. **Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental:** por serem obras de implantação das passarelas, previstas em pontos localizados, intervenções que se enquadram como segmentos críticos em segurança viária, sendo a utilização de tais estruturas como solução técnica viável para transposição da via de modo seguro, ainda que os estudos técnicos necessários realizados para elaboração do projeto executivo aprovado indicam a solução encontrada como alternativa socioeconômica viável, inclusive quanto à questão da acessibilidade e mobilidade urbana, de modo a atender ao interesse público em menor tempo, com utilização de recursos próprios da manutenção rodoviária, dispensada elaboração de EVTEA, visto que atende aos requisitos descritos no Artigo 18, § 2º da [Lei 14.133/21](#)

1.11. **Audiência Pública do Art. 21. da lei 14.133/21:** Dispensada, em função da opção descrita no caput do referido artigo em relação ao respectivo ato

1.12. **Contato do Responsável pelo Termo de Referência:** Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos - wallace.lopez@dnit.gov.br. Tel.: (98) 2107-4034/4554.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

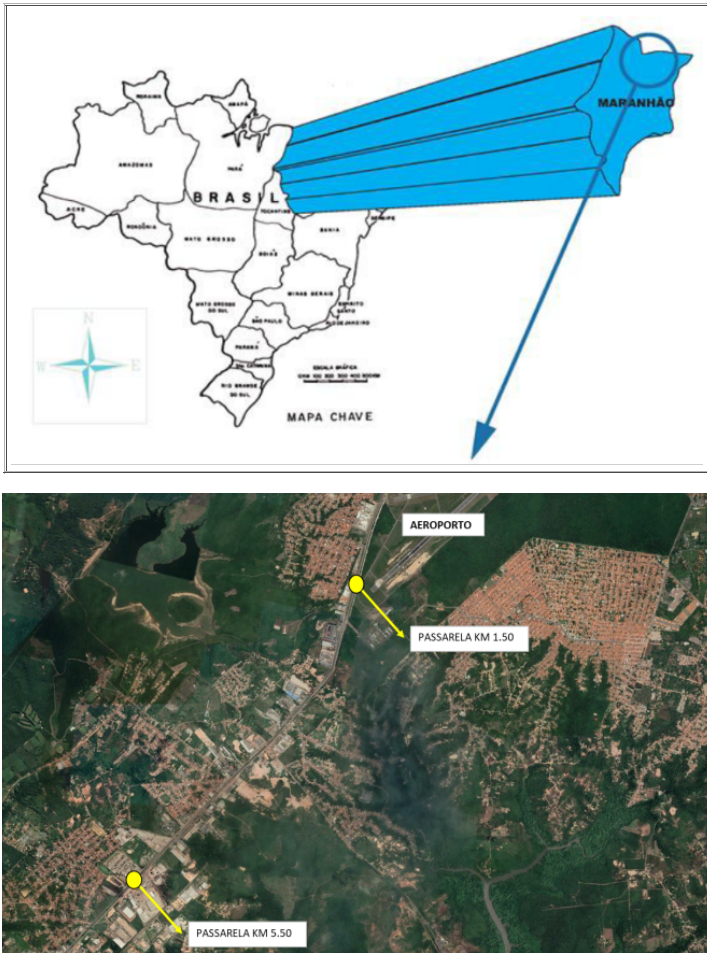
2.1. A necessidade de se promover a presente contratação é motivada e justificada por vários fatores.

2.2. A existência de inúmeros pedidos formais e informais (realizados de forma presencial) para intervenção desta Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão no segmento referenciado da rodovia federal BR-135/MA, situado em trecho urbanizado da Ilha de São Luís/MA, com vistas a proposta de melhorias em segurança viária, de autoria de usuários e moradores lindeiros às margens da referida rodovia, registrados notadamente no ano de 2018, conforme pode ser consultado nos processos SEI nº 50615.001103/2018-74 e 50615.001378/2018-16;

2.3. A ocorrência de relatos de moradores lindeiros, à época, referente a perdas de vidas humanas naquele segmento com consequente pedidos para adoção de ações e proposição de melhorias em segurança viária, tais como reforço na implantação de faixas de travessia (além das existentes), reforço na implantação de equipamentos de controle de tráfego (além dos existentes), dentre outras medidas possíveis que possam garantir, inclusive, acessibilidade na transposição da rodovia nos perímetros urbanos que interceptam suas margens, de forma segura;

2.4. A existência de situação conflituosa entre o elevado e crescente volume de tráfego de veículos x quantidade de pedestres/ciclistas que realizam diariamente a travessia na rodovia federal BR-135/MA, no segmento considerado, por ser a rodovia densamente ocupada às suas margens por diversos tipos de atividades que vão desde a ocupação e uso do solo por imóveis residenciais, unidades de ensino, unidades de saúde, comércio de variados tipos;

- 2.5. Em parte, com base nas premissas elencadas anteriormente, foram promovidas avaliações em pontos críticos em segurança viária existentes na rodovia BR-135/MA (Eixo principal) no segmento compreendido entre os km 0,00 e 12,00 e no Eixo conhecido por Ramal Acesso, no segmento compreendido entre os km 24,40 (Barragem do Bacanga) e 0,00 (Entroncamento), resultou o Relatório APRESENTAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS E PROPOSTAS DE MELHORIAS EM SEGURANÇA VIÁRIA (SEI nº 1644140), constante ao processo SEI nº 50615.001143/2018-16. O referido levantamento visou elencar pontos significativos ou estratégicos, além de apresentar algumas medidas mitigadoras com propostas de melhorias em segurança viária.
- 2.6. Diante da real necessidade de viabilizar-se condições seguras de travessia garantindo, inclusive, condições de acessibilidade estabelecidas pela NBR 9050/2015, é que se justifica a pretendida contratação.
- 2.7. A pretendida intervenção é necessária para garantir boas condições de segurança e, consequentemente, trafegabilidade (inciso V do art. 82, da Lei nº 10.233 de 05 de junho de 2001), por meio da **Execução das Obras de Implantação de Passarelas na Rodovia Federal: BR-135/MA; Trecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL – ENTR MA-135/364 (DIV MA/PI) (GUADALUPE); Subtrecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL – ACESSO MARACANÁ; Locais: km 1,50 e km 5,50**, contemplando todos os elementos que integram as estruturas a serem implantadas, considerando as estimativas e/ou os históricos dos segmentos, cujos quantitativos encontra-se consolidados em tópico específico apêndice deste Termo de Referência.
- 2.8. A contratação de terceiros para execução dos serviços a serem licitados se dá em razão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não dispor de quadro de profissionais e equipamentos suficientes para execução direta, sendo usual, a execução de forma indireta mediante contratação de empresa especializada.
- 2.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir (art. 12, inciso VII e art. 18, caput, da Lei nº 14.133 de 2021; IN SEGES/ME nº 58, de 2022 e Decreto nº 10.947/22):
- ID PCA no PNCP: 04892707002316-0-000011/2025;
- Data de publicação no PNCP: 30/05/2025
- Id do item no PCA: 15;
- Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL;
- Identificador da Futura Contratação: 393030-50/2025
- Número do Documento de Formalização da Demanda: 48/2025
- 2.10. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 2.11. O objeto será contratado mediante licitação na modalidade CONCORRÊNCIA (art. 28, II, Lei nº 14.133/2021), em sua forma ELETRÔNICA (art. 17, § 2º, Lei nº 14.133/2021).
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**
- 3.1. A solução de mercado exclusiva para a licitação em tela é a contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de construção de passarelas para pedestres, cujo mercado é bastante amplo, como demonstra a série histórica das licitações anteriores, sempre com número significativo de participantes e ampla concorrência.
- 3.2. Os serviços necessários para atingir a solução desejada, qual seja a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE 2 (DUAS) PASSARELAS PARA PEDESTRES, LOCALIZADAS NA RODOVIA FEDERAL BR-135/MA, KM 1,50 E KM 5,50, LOTE ÚNICO; TRECHO: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL / ENTR MA-364 (B) (DIVISA MA/PI) (GUADALUPE); SUBTRECHO: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL / ACESSO MARACANÁ, serão realizados com base nos normativos vigentes por parte do DNIT, bem como em consonância às Normas da ABNT/NBR específicas. As normas técnicas em vigor podem ser consultados publicamente nos manuais do DNIT por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/lpr/coletanea-de-manuais>.
- 3.3. A estimativa das quantidades a serem contratadas está alinhada às definições e critérios técnicos estabelecidos pelo DNIT. Os preços referenciais que subsidiaram a elaboração do Orçamento Referencial são fundamentados a partir das composições de preços do SICRO e SINAPI, conforme previsão legal contida no [DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013](#), que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, tendo sua aplicação referente à licitação e à contratação direta de obras e serviços de engenharia disciplinadas pela Lei nº 14.133/21 devidamente autorizada por meio da [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 91, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022](#).
- 3.4. Nestes termos, constam como instrução processual o Projeto Executivo aprovado, consoante PORTARIA nº 3267 de 26/05/2025 (SEI nº 21264603), publicada no Boletim Administrativo nº 098 de 27 de maio de 2025, constante ao processo SEI nº 50615.000227/2021-38.
4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 4.1. **MAPA DE LOCALIZAÇÃO (LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS)**



LOTE ÚNICO - Implantação de 2 (duas) Passarelas para pedestres, Km 1,50 e Km 5,50 - Rodovia BR-135/MA

Relação de Passarelas

Identificação	km	SUPERESTRUTURA METÁLICA	SUPERESTRUTURA METÁLICA	ACESSOS (RAMPA+PATAMAR+ESCADA)	ACESSOS (RAMPA+PATAMAR+ESCADA)
-	-	Comprimento (m)	Largura (m)	Comprimento (m)	Largura (m)
Passarela 1 - PL 35	1,50	35,00	2,50	30,60	4,80
Passarela 2 - PL 35	5,50	35,00	2,50	30,60	4,80

4.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

- 4.2.1. O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE 2 (DUAS) PASSARELAS PARA PEDESTRES, LOCALIZADAS NA RODOVIA FEDERAL BR-135/MA, KM 1,50 E KM 5,50, LOTE ÚNICO.
- 4.2.2. As passarelas projetadas são formadas por duas subestruturas: os acessos, em concreto armado, que possibilitam a ascensão dos pedestres à elevação de travessia, e a superestrutura metálica que efetivamente vence o vão necessário para transportar a via. O projeto é, então, formado pela associação dos acessos e da superestrutura metálica para compor a travessia requerida no segmento referenciado em pontos localizados da rodovia federal BR-135/MA.
- 4.2.3. Os elementos das fundações foram dimensionados compreendendo estacas e blocos de coroamento. A determinação dos comprimentos das estacas foi realizada através de programa específico baseado em cinco dos métodos semiempíricos baseados no SPT usualmente adotados em nosso país (Aoki-Velloso, Decourt-Quaresma, Pedro Paulo Costa Veloso, Alberto Henriques Teixeira e Urbano Rodrigues Alonso). O dimensionamento dos blocos de coroamento das estacas foi feito através do método biela-tirante e estão apresentados na memória de cálculo.
- 4.2.4. A travessia sobre a rodovia federal BR-135/MA foi concebida com um único vão de 35,0 m, evitando-se o uso de pilar intermediário no canteiro central. A superestrutura da passarela é constituída por uma treliça espacial tipo Warren em aço ASTM A572 Grau 50 com módulos de 5,0 m e seção transversal de 2,50 m x 2,50 m. O tabuleiro é composto por lajes do tipo *Steel-deck*.
- 4.2.5. As rampas e escadas foram concebidas como pórticos espaciais de concreto armado. Os pilares foram posicionados no centro das rampas e escadas, as quais se tem lances sobrepostos como forma de minimizar a área de implantação da passarela, reduzindo o seu impacto no entorno. A largura adotada para as rampas e escada foi de 2,20m.
- 4.2.6. A mesoestrutura e infraestrutura da passarela são comuns às dos dois acessos, uma vez que não existem apoios intermediários. A transmissão dos esforços da treliça para os pilares se dá por intermédio de aparelhos de apoio de elastômero fretado.
- 4.2.7. Conforme previsto no projeto executivo a infraestrutura é constituída por estacas hélice contínua monitorada D = 40cm, com carga máxima de trabalho de 600 kN (60 tf) com blocos de coroamento de concreto armado.
- 4.2.8. Os projetos de engenharia anexados ao Edital consideram o uso do projeto padronizado elaborado pelo DNIT e apresentado detalhadamente no [ÁLBUM DE PROJETOS-TIPO DE PASSARELAS PARA PEDESTRES](#) (IPR-748, 2020, Vol. 1). Detalhamento das estruturas, memorial de cálculo, dimensionamentos, especificações técnicas dos materiais bem como fichas com perfis de sondagem podem ser encontrados no Caderno VOLUME 1 - MEMÓRIA JUSTIFICATIVA IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - PASSARELA e VOLUME 3 - ORÇAMENTO IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - PASSARELA.
- 4.2.9. A Sinalização de Obras foi elaborada em conformidade ao VOLUME VII - Sinalização Temporária do CONTRAN: VIA RURAL - projeto tipo 8 - Pista dupla, Serviços em acostamento. Visto que a fundação deve ser feita em ambos os lados visando melhor aproveitamento dos equipamentos foi indicada, desde o início da obra, a sinalização em ambos os lados da pista. Considerando que o fluxo da pista não influencia na obra, foi substituída a utilização de bandeirola (pare e siga), por cone com iluminação intermitente no início da obra em ambos os lados.
- 4.2.10. Para a elaboração do projeto de canteiro de obras, foram seguidas as premissas apontadas no Volume 07 – Canteiros do Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes. Total das Áreas Cobertas referente a Escritório e seção técnica, Refeitório e cozinha, Alojamentos, Banheiros e vestiário, Ambulatório, Área de recreação, Residências, Almoxarifado, Depósito de Cimento, Oficina, Topografia, Guarita corresponde a 266,63 m². Área Total de Referência do Canteiro de Obras 761,80 m². Área Descoberta 495,17 m².
- 4.2.11. A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes do SICRO.
- 4.2.12. O Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.
- 4.2.13. Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.
- 4.2.14. O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.
- 4.2.15. A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DNIT.
- 4.2.16. A administração local compreende o conjunto de gastos com pessoal, materiais e equipamentos incorridos pelo executor no local do empreendimento e indispensáveis ao apoio e à condução dos serviços.
- 4.2.17. Os serviços devem ser executados de acordo com as normas pertinentes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além das exigências e demais condições e especificações expressas no Projeto Executivo.
- 4.2.18. As quantidades constantes da planilha orçamentária são as estimadas para a execução das passarelas em questão, conforme apresentado no Projeto Executivo anexo a este Termo de Referência.
- 4.2.19. Os insumos cujos preços de referência são provenientes do SICRO são caracterizados como CIF (custo inclui seguro e frete), de acordo com o Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes. Os custos desses insumos já incluem os custos de transporte da aquisição do insumo, estando os custos de transporte do insumo a cargo do fornecedor. Consequentemente, não devem ser inseridos nas composições de custos.
- 4.2.20. O DNIT se reserva o direito de exigir modificações que poderão acarretar em redução ou acréscimo de quantidades de serviços, dentro dos limites estabelecidos no Art. 125. da lei nº 14.133/2021, não cabendo ao contratado o direito a qualquer reclamação ou indenização.
- 4.2.21. A contratada deverá realizar os controles exigidos pelas especificações do DNIT, os quais serão de sua responsabilidade.
- 4.2.22. Os serviços serão medidos de acordo com a Instrução de Serviços/DNIT em vigência.
- 4.3. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS
- 4.3.1. É admitida. Conforme consta da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), art. 15, será admitida a participação de licitantes sob a forma de Consórcio. Logo, nesta licitação será acolhida a possibilidade de Consórcio, limitado até 2 (duas) empresas, tendo em vista a possibilidade de facilitar a composição de equipe técnica com expertise comprovada para atender às necessidades do projeto, além de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante, possibilitando a participação de empresas regionais com aumento da competitividade. Em caso de admissão de consórcio, este deverá ter uma administração única, que se dará através da empresa líder, obrigatoriamente uma empresa brasileira, objetivando a garantia da uniformidade técnica no desenvolvimento dos serviços.
- 4.3.2. É permitida a participação de empresas estrangeiras, que atendam às exigências do Edital e desse Termo de Referência e seus Anexos e cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação. Essas empresas devem observar as exigências do Código Civil, [Lei nº 10.406/2002](#), arts. 1.134 a 1.141, do art. 66 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), bem como aos dispositivos da Instrução Normativa nº 6, de 24 de maio de 2019 e alterações posteriores.
- 4.4. SUBCONTRATAÇÃO
- 4.4.1. É admitida nos termos do Art. 122 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#). A critério exclusivo do DNIT, caso aprovado formalmente, o contratado poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar o(s) objeto(s) acessório(s), sendo vedada para o objeto principal da licitação, desde que o limite estabelecido seja de 30% do valor total do contrato, e desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.
- 4.4.2. Entende-se por objeto principal da licitação aquele para o qual está se exigindo a qualificação técnico-operacional. Entende-se por objeto acessório na licitação aqueles definidos como sendo os residuais do objeto principal.
- 4.4.3. Deverá ficar demonstrado e documentado que a subcontratação somente abrangerá etapas dos serviços sem maior relevância, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.
- 4.4.4. O DNIT se reserva ao direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.
- 4.4.5. Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela Administração. A contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.
- 4.4.6. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante o DNIT que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no DNIT nos moldes do Art. 122, § 3º da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#).
- 4.4.7. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 4.4.8. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.
- 4.4.9. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante o DNIT, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para

a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

4.4.10. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o DNIT e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Autarquia e a subcontratada, inclusive no que concerne à medição e pagamento direto a subcontratada.

#### 4.5. EXCLUSIVIDADE/ME - MICROEMPRESA/EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ART. 48, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006)

4.5.1. Não aplicável, tendo em vista que a exclusividade de “Micro Empresas”, “Empresas de Pequeno Porte” ou “Consórcios formados exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte” não se enquadra no objeto deste termo, em decorrência do valor do orçamento, conforme disposto no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, abaixo transcrito, e suas alterações impostas pelo Decreto nº 10.273, de 13/03/2020, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal:

*Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ”.*

#### 4.6. PARTICIPAÇÃO/ME - MICRO EMPRESA/EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.6.1. É aplicável, desde que atenda aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 147/2014, que alterou a redação da Lei Complementar 123/2006. Ademais, conforme aduz o art. 47 da Lei Complementar nº 147/2014, nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

#### 4.7. GARANTIA DO SERVIÇO

4.7.1. A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 da [LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002](#) - Código Civil:

**"Art. 618.** Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo."

4.7.2. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no Edital e no Contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, conforme dispõe Art. 140, § 6º da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#).

#### 4.8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.8.1. Deverá ser prestada garantia na forma prevista na [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46/DNIT SEDE, DE 19 DE AGOSTO DE 2021](#) ou na IN vigente na data de assinatura do contrato.

4.8.2. Para assinar o Contrato a ADJUDICATÁRIA deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste, a preços iniciais, sob pena de decair o direito à contratação, na forma prevista no Edital.

4.8.3. A ADJUDICATÁRIA prestará garantia em qualquer das modalidades adiante descritas, à sua escolha (art. 96 da Lei nº 14.133/21):

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.8.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8.5. No caso de opção pela modalidade "I - caução em dinheiro", o interessado deverá procurar a Tesouraria Central do DNIT, em Brasília/DF, para obter instruções de como efetuar-la.

4.8.6. No caso de caução com "I - [...] Títulos da Dívida Pública", estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual informe sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, e condições de resgate.

4.8.7. Para a prestação de garantia na modalidade "II - seguro-garantia", o prazo será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato (art. 96, §3º da Lei nº 14.133/21) e dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome do DNIT, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNIT/MA, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas contratualmente e/ou em normativo da Autarquia.

4.8.8. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas, conforme dispõe o Art. 97, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

4.8.9. Caso a garantia se dê por "III - fiança bancária", esta deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil, a critério da LICITANTE, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNIT/MA, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas contratualmente e/ou em normativo da Autarquia.

4.8.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827, do Código Civil.

4.8.11. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), como consta da [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46/DNIT SEDE, DE 19 DE AGOSTO DE 2021](#).

4.8.12. O descumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, autoriza a Administração em promover a rescisão do contrato conforme dispõe o art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

4.8.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela Administração (art. 96, §2º, da Lei nº 14.133/21).

4.8.14. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao período de vigência contratual e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, conforme consta do art. 97, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

4.8.15. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida (Art. 139, III da Lei nº 14.133/21):

- o ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução (não cumprimento do objeto do contrato e não adimplemento das obrigações nele previstas);
- o pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias não adimplidas pela contratada, quando cabível;
- o pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- a exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

4.8.16. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante, na forma do art. 120, da Lei nº 14.133/21; bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive, no caso de subcontratação, quando ficará solidariamente responsável com o subcontratado pelo cumprimento das obrigações (art. 121, da Lei nº 14.133/21).

4.8.17. A inadimplência do CONTRATADO ou do SUBCONTRATADO com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao DNIT a responsabilidade sobre o seu pagamento, nem poderá onerar objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive, perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do Art. 121 da Lei nº 14.133/21.

4.8.18. A CONTRATADA autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

4.8.19. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.8.20. Antes da assinatura do contrato, serão anexadas aos autos, declarações impressas relativas à consulta online do SICAF, acerca da situação da licitante vencedora, que deverá ser repetida, todas as vezes, antes de cada pagamento dos serviços, ocorridos no decorrer da contratação. Havendo irregularidades, estas deverão ser formalmente comunicadas à CONTRATADA, para que apresente justificativas e comprovação de regularidade, sob pena de decair direito e/ou enquadrar-se nos motivos ensejadores para extinção do contrato.

4.8.21. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

4.8.22. Será considerada extinta a garantia:

- com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de Declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- com o término da vigência do contrato, observado o prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que poderá, independentemente da sua natureza ser estendido em caso de ocorrência de sinistro conforme estabelecido na alínea "h.2." do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.8.23. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

#### 4.9. GARANTIA ADICIONAL

4.9.1. Em razão da contratação de obras e serviços de engenharia, necessária a apresentação da garantia adicional da ADJUDICATÁRIA cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis na forma do Art. 59, §5º da Lei nº 14.133/21.

#### 4.10. VISTORIA



- 4.10.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.
- 4.10.2. As vistorias técnicas serão realizadas em períodos a serem definidos pela Unidade Local do DNIT, sendo acompanhadas por um Engenheiro da mesma unidade que certificará a visita, expedindo o atestado de visita que contenha informações técnicas das obras.
- 4.10.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.10.4. Caso a licitante não queira participar da vistoria, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo, portanto, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para efetuar quaisquer questionamentos futuros que possam ensejar avenças técnicas ou financeiras com o DNIT.
- 4.10.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 5.1.1. **Prazo de Execução do Contrato:** a execução do objeto será de **6 (seis) meses consecutivos** e o início da contagem do prazo de execução contratual se dá por ocasião da “Ordem de Início de Serviço” expedida pela Administração.
- 5.1.2. **Prazo de Vigência da Contratação:** a vigência contratual será de **12 (doze) meses consecutivos**, podendo ser prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021 e será iniciada com a assinatura do contrato ou na data nele indicada, ainda que anterior ou posterior à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCPP) de que trata o Art. 94 da Lei nº 14.133/21. Importa ressaltar que o prazo de vigência contratual deverá ser igual ou superior ao prazo de execução contratual. Neste caso, em observância a Instrução Normativa nº 46/DNIT SEDE, de 19 de agosto de 2021 o prazo de vigência contratual deverá ser superior em 90 (noventa) dias ao prazo de execução contratual.
- 5.1.3. **Prorrogação da Vigência da Contratação:** na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, observado o Parágrafo único do Art. 111 da Lei nº 14133/21, que determina que o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas, e que a Administração poderá optar pela extinção do contrato, sendo que nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.1.4. **Ordem de Início de Serviço de Obra:** a Ordem de Início de Serviço para a Execução das Obras será dada pela área gestora do contrato ou pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão, logo após a assinatura do contrato.
- 5.1.5. **Cronograma de realização dos serviços:** deverá ser aquele estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro proposto pela licitante.

5.2. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

SUPERINTENDÊNCIA:	Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão
OBJETO:	Execução dos Serviços de Implantação de 2 (duas) Passarelas para pedestres
RODOVIA:	BR-135/MA
TRECHO:	ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL / ENTR. MA-364 (B) (DIV MA/PI) (GUADALUPE)
SUBTRECHO:	ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL / ACESSO MARACANÃ
SEGMENTO:	km 0,00 ao km 7,60
Código do SNV:	135BMA0020 (SNV_202504A)
LOCAL:	Pontos localizados: km 1,50 e km 5,50
JURISDIÇÃO:	Unidade Local de Pedrinhas/MA

5.3. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 5.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e devida qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.
- 5.3.2. Deverão ser considerados os requisitos concernentes ao projeto de engenharia, aos materiais, equipamentos, controle de qualidade, condições de conformidade e não conformidade, dentre outros critérios, satisfazendo aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.
- 5.3.3. A execução de cada etapa deverá atender as Especificações do DNIT e Normas da ABNT para sua aceitação, mantendo-se integralmente atendidas durante todo o período do contrato.
- 5.4. DESCRIÇÃO DAS NORMAS E MANUAIS
- 5.4.1. Todos os Manuais, Normas e Especificações do DNIT serão exigidos integralmente à(s) empresa(s) construtora(s).
- 5.4.2. O licitante deverá obedecer às Normas e Instruções do DNIT cabíveis a cada item definido neste Termo de Referência, introduzindo as necessárias adequações e adaptações, considerando as particularidades e o objetivo dos serviços. As Instruções e Especificações de Serviço constantes de documentos do DNER e em vigor no DNIT, não deverão ser transcritas, bastando citá-las.
- 5.4.3. Todos os métodos de dimensionamento, forma de apresentação de documentos (planilhas, plantas, diagramas), materiais a serem empregados na obra e execução dos serviços deverão atender às especificações constantes nos manuais técnicos e normas vigentes do DNIT disponíveis no site <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais>.
- 5.4.4. Em caso de conflito entre as Normas do DNIT e da ABNT, prevalecerão as prescrições das Normas da ABNT.
- 5.4.5. Para elementos de aço: pode-se considerar as normas estrangeiras.
- 5.4.6. Apresenta-se na sequência as principais Manuais, Instruções Normativas, Especificações/Procedimentos de Serviço e Normas Técnicas. Destaca-se que a lista abaixo não é exaustiva, devendo se aplicar todos os normativos técnicos e legislação pertinentes, em suas versões mais atuais.

5.4.7. Manuais

- 5.4.7.1. Defensas rodoviárias - DNER/1979
- 5.4.7.2. Procedimentos básicos de operação de rodovias - DNER/1997
- 5.4.7.3. Manual de Pavimentação - IPR 719 - DNIT/2006;
- 5.4.7.4. Manual de Conservação Rodoviária - IPR 710 - DNIT/2005;
- 5.4.7.5. Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos - IPR 720 - DNIT/2006;
- 5.4.7.6. Manual de Sinalização Rodoviária - Publicação IPR-743 (DNIT, 2010), nos casos em que o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN for omissos;
- 5.4.7.7. Manual de Inspeção de Pontes Rodoviárias - IPR 709 - DNIT/2004;
- 5.4.7.8. Manual de Projeto de Obras-de-Arte Especiais - DNER/1996;
- 5.4.7.9. Manual de Construção de Obras-de-Arte Especiais - DNER/1995;
- 5.4.7.10. Manual de recuperação de pontes e viadutos rodoviários - IPR 744 - DNIT/2010;
- 5.4.7.11. [Álbum de Projetos-tipo de Passarelas para Pedestres](#), Volume 1 – Desenhos e Volume 2 – Memória de Cálculo, publicação IPR-748, DNIT (2020);
- 5.4.7.12. Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias - IPR 730 - DNIT/2006;
- 5.4.7.13. Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controle Ambiental - IPR 711 - DNIT/2005;
- 5.4.7.14. Manual de Recuperação de Pavimentos Rígidos de 2010 - Publicação IPR - 737;
- 5.4.7.15. Manual para ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias federais - IPR 712 - DNIT/2005;
- 5.4.7.16. Instruções de proteção ambiental das faixas de domínio e lindeiras das rodovias federais - IPR 713 - DNIT/2005;
- 5.4.7.17. Manual de estudos de tráfego - IPR 723 - DNIT/2006;
- 5.4.7.18. Manual de drenagem de rodovias - IPR 724 - DNIT/2006;
- 5.4.7.19. Manual de acesso de propriedades marginais a rodovias federais - IPR 728 - DNIT/2006;
- 5.4.7.20. Manual de projeto geométrico de travessias urbanas - IPR 740 - DNIT/2010;
- 5.4.7.21. Diretrizes básicas para desapropriação - IPR 746 - DNIT/2022;
- 5.4.7.22. Manual de Sinalização de Obras e Emergências (Publicação IPR 738 - DNIT, 2010), nos casos em que os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do CONTRAN forem omissos;
- 5.4.7.23. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação - Resolução CONTRAN nº 180/2005;
- 5.4.7.24. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume II - Sinalização Vertical de Advertência - Resolução CONTRAN nº 243/2007;

- 5.4.7.25. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume III - Sinalização Vertical de Indicação - Resolução CONTRAN nº 486/2014;
- 5.4.7.26. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume IV - Sinalização Horizontal - Resolução CONTRAN nº 236/2007;
- 5.4.7.27. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume VII - Sinalização Temporária - Resolução CONTRAN nº 690/2017;
- 5.4.7.28. Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes do SICRO (2017).
- 5.4.8. **Instruções Normativas**
- 5.4.8.1. Instrução Normativa nº 6/DNIT SEDE, de 24 de maio de 2019 (SEI nº 3270586), alterada pela Instrução Normativa nº 10/2019 (SEI nº 3882724) e Instrução Normativa nº 52/2021 (SEI nº 9124235);
- 5.4.8.2. Instrução Normativa nº 24/2020/DNIT SEDE, de 02 de julho de 2020 (SEI nº 5959697);
- 5.4.8.3. Instrução Normativa nº 25/2020/DNIT SEDE, de 27 de julho de 2020 (SEI nº 6124537);
- 5.4.8.4. Instrução Normativa nº 26/2021/DNIT SEDE, de 12 de maio de 2021 (SEI nº 8158422);
- 5.4.8.5. Instrução Normativa nº 37/DNIT SEDE, de 15 de julho de 2021 (SEI nº 8676809);
- 5.4.8.6. Instrução Normativa nº 39/DNIT SEDE, de 28 de julho de 2021 (SEI nº 8777539);
- 5.4.8.7. Instrução Normativa nº 44/DNIT SEDE, de 16 de agosto de 2021 (SEI nº 8937716);
- 5.4.8.8. Instrução Normativa nº 46, de 19 de agosto de 2021 (SEI nº 8950756), alterada pela [Instrução Normativa nº 4/DNIT SEDE, de 15 de março de 2023](#);
- 5.4.8.9. Instrução Normativa nº 53/DNIT SEDE, de 03 de setembro de 2021 (SEI nº 9126949);
- 5.4.8.10. Instrução Normativa nº 55/DNIT SEDE, de 09 de setembro de 2021 (SEI nº 9161841);
- 5.4.8.11. Instrução Normativa nº 57/DNIT SEDE, de 14 de setembro de 2021 (SEI nº 9195629);
- 5.4.8.12. Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9242579), alterada pela Instrução Normativa nº 4/2022 (SEI nº 10705733);
- 5.4.8.13. Instrução Normativa nº 61/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9244340);
- 5.4.8.14. Instrução Normativa nº 62/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9245343);
- 5.4.8.15. Instrução Normativa nº 64/DNIT SEDE, de 23 de setembro de 2021 (SEI nº 9286187);
- 5.4.8.16. Instrução Normativa nº 65/DNIT SEDE, de 07 de outubro de 2021 (SEI nº 9396996);
- 5.4.8.17. Instrução Normativa nº 67/DNIT SEDE, de 07 de outubro de 2021 (SEI nº 9397374), alterada pela Instrução Normativa nº 16/2022 (SEI nº 11711285) e [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/DNIT SEDE, DE 25 DE JANEIRO DE 2023](#) (SEI nº 13564339);
- 5.4.8.18. Instrução Normativa nº 69/DNIT SEDE, de 13 de outubro de 2021 (SEI nº 9452916),
- 5.4.8.19. Instrução Normativa nº 2/DNIT SEDE, de 04 de fevereiro de 2022 (SEI nº 10442382);
- 5.4.8.20. Instrução Normativa nº 7/DNIT SEDE, de 11 de abril de 2022 (SEI nº 11047379);
- 5.4.8.21. Instrução Normativa nº 8, de 26 de abril de 2022 (SEI nº 11154400);
- 5.4.8.22. Instrução Normativa nº 9, de 26 de abril de 2022 (SEI nº 11172279);
- 5.4.8.23. Instrução Normativa nº 12, de 8 de junho de 2022 (SEI nº 11601134);
- 5.4.8.24. Instrução Normativa nº 17, de 15 de agosto de 2022 (SEI nº 12172452);
- 5.4.8.25. Instrução Normativa SEGES/ME nº 05, de 26 de maio de 2017 (no que couber);
- 5.4.8.26. Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022;
- 5.4.8.27. Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020;
- 5.4.8.28. Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022;
- 5.4.8.29. Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022;
- 5.4.8.30. Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022;
- 5.4.8.31. Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022;
- 5.4.8.32. [Instrução Normativa nº 1, de 24 de janeiro de 2023](#) (SEI nº 13546239);
- 5.4.8.33. [Instrução Normativa nº 4 de 15 de março de 2023](#) - Altera a Instrução Normativa DNIT nº 46/2021 (SEI nº 13998462);
- 5.4.8.34. [Instrução Normativa nº 9/DNIT SEDE, de 29 de agosto de 2023](#).
- 5.4.9. **Especificações/Procedimentos de Serviços**
- 5.4.9.1. Pontes e viadutos rodoviários – Serviços Preliminares - Especificação de serviço - DNIT 116/2009-ES;
- 5.4.9.2. Pontes e viadutos rodoviários – Concretos, argamassas e calda de cimento para injeção - Especificação de serviço - DNIT 117/2009-ES;
- 5.4.9.3. Pontes e viadutos rodoviários – Armaduras para concreto armado - Especificação de serviço - DNIT 118/2009-ES;
- 5.4.9.4. Pontes e viadutos rodoviários – Armaduras para concreto protendido - Especificação de serviço - DNIT 119/2009-ES;
- 5.4.9.5. Pontes e viadutos rodoviários – Formas - Especificação de serviço - DNIT 120/2009-ES;
- 5.4.9.6. Pontes e viadutos rodoviários - Fundações - Especificação de serviço - DNIT 121/2009-ES;
- 5.4.9.7. Pontes e viadutos rodoviários - Estruturas de concreto armado - Especificação de serviço - DNIT 122/2009-ES;
- 5.4.9.8. Pontes e viadutos rodoviários - Estruturas de concreto protendido - Especificação de serviço - DNIT 123/2009-ES;
- 5.4.9.9. Pontes e viadutos rodoviários - Escoramentos - Especificação de serviço - DNIT 124/2009-ES;
- 5.4.9.10. Plataformas de Trabalho – Especificação de Serviço - DNIT 079/2006-ES;
- 5.4.9.11. Preparação de superfície de concreto, apicoamento e jateamentos – Especificação de Serviço - DNIT 080/2006-ES
- 5.4.9.12. Remoções no concreto – Especificação de Serviço - DNIT 081/2006-ES;
- 5.4.9.13. Furos no concreto para ancoragem de armaduras - Especificação de serviço - DNIT 082/2006-ES;
- 5.4.9.14. Tratamento de trincas e fissuras - Especificação de serviço - DNIT 083/2006-ES;
- 5.4.9.15. Tratamento da corrosão - Especificação de serviço - DNIT 084/2006-ES;
- 5.4.9.16. Execução e acabamento do concreto projetado - Especificação de serviço - DNIT 087/2006-ES;
- 5.4.9.17. Dispositivos de segurança lateral: guarda-rodas, guarda-corpos e barreiras - Especificação de serviço – DNIT 088/2006-ES;
- 5.4.9.18. Tratamento de aparelhos de apoio: concreto, neoprene e metálicos - Especificação de serviço - DNIT 091/2006-ES;
- 5.4.9.19. Juntas de dilatação - Especificação de serviço - DNIT 092/2006-ES;
- 5.4.9.20. Obras complementares - Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização horizontal - Especificação de serviço - DNIT 100/2018-ES;
- 5.4.9.21. Obras complementares - Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização vertical - Especificação de serviço - DNIT 101/2009-ES;
- 5.4.9.22. Edificações - Serviços preliminares - DNER ES 344/97;
- 5.4.9.23. Edificações - Fundações - DNER ES 345/97;
- 5.4.9.24. Edificações - Estruturas - DNER ES 346/97;
- 5.4.9.25. Edificações - Alvenarias e painéis - DNER ES 347/97;
- 5.4.9.26. Edificações - Coberturas - DNER ES 348/97;
- 5.4.9.27. Edificações - Impermeabilização - DNER ES 349/97;
- 5.4.9.28. Edificações - Revestimento de pisos - DNER ES 350/97;
- 5.4.9.29. Edificações - Revestimento de paredes - DNER ES 351/97;
- 5.4.9.30. Edificações - Forros - DNER ES 352/97;

- 5.4.9.31. Edificações - Esquadrias - DNER ES 353/97;
- 5.4.9.32. Edificações - Ferragens - DNER ES 354/97;
- 5.4.9.33. Edificações - Pintura - DNER ES 356/97;
- 5.4.9.34. Edificações - Instalações elétricas, mecânicas e de telecomunicações - DNER ES 357/97;
- 5.4.9.35. Edificações - Instalações de água - DNER ES 358/97;
- 5.4.9.36. Edificações - Instalações de esgoto e águas pluviais - DNER ES 359/97;
- 5.4.9.37. Água para argamassa e concreto de cimento portland - DNER EM 034/97;
- 5.4.9.38. Cimento Portland - recebimento e aceitação - DNER EM 036/95;
- 5.4.9.39. Agregado graúdo para concreto de cimento - DNER EM 037/97;
- 5.4.9.40. Agregado miúdo para concreto de cimento - DNER EM 038/97;
- 5.4.9.41. Tinta para sinalização rodoviária horizontal, à base de resina acrílica emulsionada em água - DNER EM 276/00;
- 5.4.9.42. Tinta para sinalização horizontal rodoviária à base de resina acrílica e/ou vinílica - DNER EM 368/00;
- 5.4.9.43. Defensas metálicas de perfis zincados - DNER EM 370/97;
- 5.4.9.44. Tinta para sinalização horizontal rodoviária à base de resina, estireno-acrilato e/ou estireno-butadieno - DNER EM 371/00;
- 5.4.9.45. Fios e barras de aço para concreto armado - DNER EM 374/97;
- 5.4.9.46. Fios de aço para concreto protendido - DNER EM 375/97;
- 5.4.9.47. Norma DNIT 010/2004 - PRO - Inspeções em pontes e viadutos de concreto armado e protendido - Procedimento;
- 5.4.9.48. Norma DNER-PRO 207/94 - Projeto, execução e retirada de cimbramentos de pontes de concreto armado e protendido - Procedimento;
- 5.4.9.49. Norma DNER-PRO 179/94 - Guia para avaliação da resistência do concreto em estruturas - Procedimento;
- 5.4.9.50. Norma DNER-PRO 178/94 - Carga móvel (trem-tipo) em ponte rodoviária e passarela de pedestres (ABNTNBR 7188) - Procedimento;
- 5.4.9.51. Norma DNIT 011/2004 - PRO - Gestão de Qualidade em Obras Rodoviárias - Procedimentos;
- 5.4.9.52. Norma DNIT 013/2004 - PRO - Requisitos para a qualidade em obras rodoviárias - Procedimento;
- 5.4.9.53. Norma DNIT 054/2004 – PRO - Pavimento Rígido - Estudos de traços de concreto e ensaios de caracterização de materiais - Procedimento;
- 5.4.9.54. Norma DNIT 070/2006 – PRO - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento;
- 5.4.9.55. Norma DNIT 078/2006 – PRO - Condicionantes ambientais pertinentes à segurança rodoviária na fase de obras - Procedimento;
- 5.4.9.56. Norma DNIT 097/2007 – PRO - Elaboração de Diário de Obra do DNIT - Procedimento;
- 5.4.10. **Normas Técnicas**
- 5.4.10.1. NBR 6.123:1988 - Forças devidas ao vento em edificações: considerações gerais;
- 5.4.10.2. NBR 7.223/1992 - Concreto – Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone;
- 5.4.10.3. NBR 13.133/1994 - Levantamentos Topográficos - Procedimento;
- 5.4.10.4. NBR 7.187:2003 - Projeto de pontes de concreto armado e de concreto protendido;
- 5.4.10.5. NBR 8.681/2003 - Ações e segurança nas estruturas - Procedimento;
- 5.4.10.6. NBR 14.931/2004 - Execução de estruturas de concreto - Procedimento;
- 5.4.10.7. NBR 7.480/2007 - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado - Especificação;
- 5.4.10.8. NBR 8.800/2008 - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios - Procedimento;
- 5.4.10.9. NBR 7211 - Agregados para concreto - Especificação;
- 5.4.10.10. NBR 14.890/2011 - Sinalização vertical viária - Suportes metálicos em aço para placas - Requisitos;
- 5.4.10.11. NBR 6.970/2012 - Segurança no tráfego - Defensas metálicas zincadas por imersão a quente;
- 5.4.10.12. NBR 6.971/2012 - Segurança no tráfego - Defensas metálicas - Implantação;
- 5.4.10.13. NBR 7.212/2012 - Execução de concreto dosado em central - Procedimento;
- 5.4.10.14. NBR 14.891/2012 - Sinalização vertical viária - Placas;
- 5.4.10.15. NBR 7.188/2013 - Carga móvel rodoviária e de pedestres em pontes, viadutos, passarelas e outras estruturas;
- 5.4.10.16. NBR 13.159/2013 - Sinalização horizontal viária - Termoplástico aplicado pelo processo de aspersão;
- 5.4.10.17. NBR 15.482/2013 - Sinalização horizontal viária - Termoplásticos - Métodos de ensaio;
- 5.4.10.18. NBR 6.118/2014 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento;
- 5.4.10.19. NBR 15.405/2016 - Sinalização horizontal viária - Tintas - Procedimentos para execução da demarcação e avaliação;
- 5.4.10.20. NBR 8.953/2015 - Concreto para fins estruturais - Classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência;
- 5.4.10.21. NBR 11.904/2015 - Sinalização vertical viária - Placas de aço zincado;
- 5.4.10.22. NBR 12.655/2015 - Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento;
- 5.4.10.23. NBR 16.421/2015 - Telha-fôrma de aço colaborante para laje mista de aço e concreto - Requisitos e ensaios;
- 5.4.10.24. NBR 9.062/2017 - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;
- 5.4.10.25. NBR 5.739/2018 - Concreto - Ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos;
- 5.4.10.26. NBR 6.122/2019 - Projeto e execução de fundações - Procedimento;
- 5.4.10.27. NBR 9.452/2019 - Inspeção de pontes, viadutos e passarelas de concreto - Procedimento;
- 5.4.10.28. NBR 11.768/2019 - Aditivos químicos para concreto de cimento Portland - Requisitos;
- 5.4.10.29. NBR 6.484/2020 - Solo - Sondagens de simples reconhecimento com SPT - Método de ensaio;
- 5.4.10.30. NBR 7.482/2020 - Fios de aço para estruturas de concreto protendido - Especificação;
- 5.4.10.31. NBR 7.484/2020 - Barras, cordoalhas e fios de aço destinados a armaduras de protensão - Método de ensaio de relaxação isotérmica;
- 5.4.10.32. NBR 9.050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- 5.4.10.33. NBR 15.692/2020 - Segurança no tráfego - Cilindro canalizador de tráfego;
- 5.4.10.34. NBR 7.483/2021 - Cordoalhas de aço para estruturas de concreto protendido - Especificação;
- 5.4.10.35. NBR 7481/2022 - Tela de aço soldada nervurada para armadura de concreto - Requisitos;
- 5.4.10.36. NBR 14931/2023 - Execução de estruturas de concreto armado, protendido e com fibras - Requisitos;
- 5.4.10.37. Norma AASHTO - *Standard Specifications for Highway Bridges* - 17ª Edition, 2002;
- 5.4.10.38. Normas Alemã, Inglesa e Canadense.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. **Preposto:**
- 6.6.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.6.2. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto ao longo do período da execução da obra.
- 6.6.3. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.
- 6.7. **Fiscalização:**
- 6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do caput do art. 117 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#).
- 6.7.2. O DNIT indicará, por meio de Portaria, um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.
- 6.7.3. Caberá ao fiscal do contrato, designado por Portaria do Superintendente Regional do DNIT no Estado do Maranhão, fazer cumprir todas as exigências legais (vide [Lei nº 14.133/21](#) e [Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#)) e do DNIT e supervisionar as atividades sob responsabilidade da empresa, assim como acompanhar e controlar o desembolso das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas na lei.
- 6.8. **Fiscalização Técnica:**
- 6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, VI);
- 6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133/21](#), art. 117, §1º e [Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, II);
- 6.8.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, III);
- 6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, IV);
- 6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, V);
- 6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 22, VII).
- 6.9. **Fiscalização Administrativa:**
- 6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do [Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#)).
- 6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. ([Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022](#), art. 23, IV).
- 6.10. **Gestor do Contrato:**
- 6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, IV).
- 6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, II).
- 6.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, III).
- 6.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, VIII).
- 6.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133/21](#) ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, X).
- 6.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, VI).
- 6.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 7.1. A avaliação da execução do objeto e aceitabilidade da obra será realizada pela fiscalização e estará condicionada à correta execução do projeto de engenharia, ao acompanhamento e atestação dos serviços, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- não produzir os resultados acordados;
  - deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida às atividades contratadas; ou,
  - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. **Crítérios de medição:**
- 7.3.1. Os serviços serão medidos, de acordo com os eventos preestabelecidos no **ANEXO CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS**, após sua devida conclusão. Será permitido o pagamento de parcelas de uma etapa, de acordo com a [Instrução Normativa nº 67/DNIT SEDE, de 07 de outubro de 2021](#).
- 7.3.2. As medições das parcelas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 7.3.3. As medições serão feitas mensalmente, respeitando no mínimo o percentual de cada parcela, de acordo com o cronograma físico-financeiro adotado e aceito pelo DNIT.
- 7.3.4. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, em uma ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.
- 7.3.5. Se para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.
- 7.3.6. Somente poderá ser efetivada a medição dos eventos que atingir o percentual previsto para a etapa, caso não haja atraso superior a 3 (três) meses de um dos eventos previstos nas etapas anteriores:
- Se não ocorrer a conclusão total da parcela prevista o evento não será medido na etapa;
  - Se ocorrer atraso superior a 3 (três) meses de um dos eventos previstos nas etapas anteriores a etapa total não será medida.
- 7.3.7. Os percentuais máximos admitidos para pagamento de cada evento serão os indicados no **ANEXO CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS**, os quais deverão ser mantidos, exceto em casos de aditivos conforme item “10. DAS ALTERAÇÕES”. A alteração no **ANEXO CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS** deverá ser previamente autorizada pelo Fiscal do Contrato, pelo Superintendente Regional e/ou pela Unidade Gestora e prevalecerá até o final do contrato, ou até nova alteração justificada e aprovada.
- 7.3.8. Esses critérios poderão ser alterados durante a execução do contrato com a finalidade de proporcionar maior detalhamento dos eventos e melhores condições para atuação da fiscalização nas medições.
- 7.3.9. As medições mensais deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DNIT e poderão ser elaboradas pela empresa Supervisora da Obra, sempre que os grupos de serviços forem concluídos e os dados lançados no módulo do Sistema de Medições do DNIT, conforme premissas do Boletim Eletrônico de Medição - BEM, sendo posteriormente atestadas pelo



Engenheiro Fiscal do Contrato. Entretanto, caso o BEM não esteja operando em sua integralidade, as medições serão processadas por meio convencional já utilizado pelo DNIT, constando de folhas-resumo com a relação de serviços, quantidades parciais e totais, conforme cronograma de atividades aprovado.

7.3.10. Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão-de-obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

7.3.11. As medições constarão de Folhas-Resumo, contendo a relação de serviços, conforme **CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO** e **ANEXO CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS**.

7.3.12. No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003 e legislação municipal aplicável.

7.3.13. Nas medições que abrangem mais de um município, o cálculo deverá ser realizado por município abrangido, sendo vedada a utilização do critério da média ponderada entre os diversos municípios e suas alíquotas.

7.3.14. No caso de se verificar que o percentual de ISSQN no(s) Município(s) é inferior àquele considerado na proposta da empresa, será procedido o estorno dos valores excedentes nas medições.

7.3.15. Mesmo que não haja serviços a serem medidos, a medição deverá ser processada com valor zero.

7.3.16. A *administração local*, o *canteiro de obras* e a *manutenção do canteiro* serão pagas como uma proporção da execução financeira dos demais serviços da obra, visando evitar o lucro-incompetência, em que a remuneração da empresa é tanto maior quanto mais ineficiente e demorada for a execução da obra ou do serviço.

7.3.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

I = (TX/100)/365    I = (6/100)/365    I = 0,00016438    TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.4. **Forma de pagamento:**

7.4.1. De acordo com o proposto no **ANEXO CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS**, independente do critério de elaboração da proposta pela CONTRATADA, o DNIT se propõe a realizar os pagamentos em cada grupo de serviços, limitados a um percentual sobre o prego global ofertado, respeitando também o plano de execução das obras.

7.4.2. O DNIT pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos, conforme art. 132 da [Lei nº 14.133/21](#).

7.4.3. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluem a sinalização provisória, todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

7.4.4. A medição dos serviços se dará em conformidade com o cronograma físico e financeiro e deverá ser apresentada e aprovada pelo engenheiro fiscal do DNIT, que emitirá o atestado de conformidade. A CONTRATADA deverá apresentar as notas fiscais, o atestado de conformidade e a medição dos serviços na sede da Superintendência Regional para o atesto do Superintendente Regional e posterior encaminhamento à Coordenação-Geral competente para providências.

7.4.5. Será observado o prazo de até 10 (dez) dias para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pelo DNIT (art. 7º, inciso I da [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022](#)).

7.4.6. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela CONTRATADA, da Regularidade Fiscal, nos termos do Edital.

7.4.7. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da CONTRATADA, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do art. 137 da [Lei nº 14.133/21](#).

7.4.8. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.4.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.11. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.12. A sistemática de medição e pagamento está associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado. É vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários. (Art. 46, § 9º da [Lei nº 14.133/21](#)). A seguir apresenta-se a Tabela ANEXO DE CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

CRITÉRIOS DE PAGAMENTO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	ÍNDICE REAJUSTAMENTO	%
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1. 1.	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS	CJ	1	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	0,15%
1. 2.	INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS	CJ	1	INCC	7,74%
1. 3.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS	CJ	1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	27,27%
2.	PASSARELAS RODOVIÁRIAS PL-35, PONTOS LOCALIZADOS: KM 1,50 E KM 5,50 DA RODOVIA FEDERAL BR-135/MA				
2. 1.	ACESSOS - INFRAESTRUTURA (fundações e blocos)	CJ	1	SERVIÇOS COM AÇO PARA OBRAS DE ARTE E	6,87%
2. 2.	ACESSOS - SUPERESTRUTURA	CJ	1	SERVIÇOS COM AÇO PARA OBRAS DE ARTE E	38,25%
2. 3.	PASSARELA METÁLICA	CJ	1	SUPERESTRUTURA DE PASSARELAS METÁLICAS	19,10%
2. 5.	OBRAS COMPLEMENTARES (gradeamento, iluminação, guarda corpo, telas metálicas, PISO TACTIL DIRECIONAL, etc)	CJ	1	OBRAS COMPLEMENTARES	0,31%
2. 6.	SINALIZAÇÃO REGULAMENTAR E PROVISÓRIA PARA OAES E PLACAS DE OBRA	CJ	1	SINALIZAÇÃO VERTICAL	0,31%
2. 7.	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (Verificar pertinência ao caso concreto)	CJ	1	MEIO AMBIENTE	0,00%

7.5. **Liquidação:**

7.5.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133/21](#).

7.5.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018](#)).

7.5.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.5.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.5.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.9. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária estipulado em contrato ou, na falta deste, pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou aquele que vier a substituí-lo.

7.6. Cessão de crédito:

7.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.6.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.6.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da [Lei nº 8.429, de 2 de junho 1992](#), nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.

7.6.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração ([Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020](#) e Anexos).

7.6.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

7.7. Cronograma Físico-Financeiro e Curva "S":

7.7.1. O CONTRATADO deverá elaborar o Cronograma Financeiro e Físico, além da Curva "S" adaptados à proposta apresentada. Para tanto poderá utilizar os modelos padronizados RM-12, RM-14 e RM-13, respectivamente, constantes da [INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 20/DG/DNIT, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019](#).

7.7.2. Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Superintendente Regional, devendo os mesmos receberem números sequenciais.

7.7.3. Na elaboração dos cronogramas, a CONTRATADA deverá:

- Obedecer ao prazo de execução do contrato de 6 (seis) meses, e detalhar as atividades, conforme modelo do **CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO (EDITÁVEL)**;
- Considerar o período chuvoso da região e adequar os cronogramas conforme a natureza dos serviços;
- Ter coerência na elaboração dos quadros em relação à sequência e duração das atividades;
- O Cronograma Físico e Financeiro e Curva "S" deverão ser entregue para análise e aprovação à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que será parte integrante do instrumento.

7.7.4. Nesse documento, a CONTRATADA deverá atentar para:

7.7.4.1. Antes do início de cada obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo;

7.7.4.2. A empresa executora deverá, no início da obra, entregar à empresa supervisora ou a respectiva unidade do DNIT a previsão de desembolso a fim de que o DNIT possa fazer as medições e efetivação dos pagamentos;

7.7.4.3. A empresa executora deverá, no início da obra, entregar à empresa supervisora ou a respectiva unidade do DNIT a previsão do quantitativo físico mensal a ser executado dos serviços que representem marcos (etapas) durante a execução da obra;

7.7.4.4. O cronograma deverá conter, além do quantitativo físico mensal a ser executado, o quantitativo acumulado efetivamente executado, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado;

7.7.4.5. O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora;

7.7.4.6. Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Superintendente Regional, devendo os mesmos receberem números sequenciais;

7.7.4.7. Caso haja aditivos contratuais que alterem o prazo da obra, deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente;

7.7.4.8. Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra;

7.7.4.9. O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO a ser proposto pela LICITANTE deverá apresentar as quantidades de serviços a serem executadas pelo contratado sendo o elemento básico de controle da obra, como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil;

7.7.4.10. A Curva “S” permite a análise gráfica da execução financeira da obra em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo;

7.7.4.11. O gráfico é construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro;

7.7.4.12. A Curva “S” deverá seguir o modelo RM-13;

7.7.4.13. A programação deverá ser entregue à Administração em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, em formato compatível com a ferramenta MS Project® ou similar.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A proposta de preços, que compreende a descrição do material ou serviço ofertado pelo licitante, deverá ser compatível com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

- a) Descrição do serviço ofertado pelo licitante observadas às mesmas especificações constantes do Projeto de Engenharia, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários.
- b) O Licitante não poderá utilizar preços superiores aos estabelecidos pelo SICRO em sua proposta de preços, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total de cada serviço. Não serão permitidas alterações nas quantidades de insumos ou exclusões de itens constantes das composições de custos unitários de referência.
- c) Serão exigidas todas as composições de custos unitários. O licitante fica obrigado a seguir os parâmetros de composição do orçamento referencial fixado pela Administração.
- d) O licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada (art 7º, inciso I da [Instrução Normativa nº 37/DNIT SEDE, de 15 de julho de 2021](#)).
- e) Na formulação das Propostas de Preços os licitantes deverão considerar os percentuais de recolhimento de ISSQN com base nas alíquotas adotadas pelo(s) município(s) situado(s) na região da obra.
- f) Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e pessoalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante
- g) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura e o prazo de garantia, conforme Edital.

8.2. O LICITANTE deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

ITEM	CATMAT CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5622	Contratação de empresa(s) especializada(s) para <b>Execução das Obras de Implantação de Passarelas na Rodovia Federal: BR-135/MA; Trecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL</b>	Obra	1,00	A ser preenchido pelo licitante.	A ser preenchido pelo licitante.

		– ENTR MA-135/364 (DIV MA/PI) (GUADALUPE); <b>Subtrecho:</b> ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL – ACESSO MARACANÁ; <b>Locais:</b> km 1,50 e km 5,50, <b>Lote:</b> ÚNICO.				
--	--	---	--	--	--	--

## 9. REAJUSTE / ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos Índices utilizados pelo DNIT, para o Setor Rodoviário, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com a [Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023](#), ou outra que vier a substituí-la, após decorrido 1 (um) ano da data-base do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do Art. 3.º, §1º da [Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001](#), sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do DNIT (Novo SICRO, mês-base **JANEIRO/2025** para o Estado do Maranhão).

9.2. Execução das Obras ou Serviços: pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e disponibilizado no site do DNIT.

9.3. Decorrido período de um ano, contado a partir do mês-base do orçamento, **JANEIRO/2025**, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

9.4. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme fórmula apresentada abaixo:

$$\text{Onde:} \quad R = \frac{I_i - I_0}{I_0} \times V$$

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada

I<sub>0</sub> = Índice de preço verificado no mês do orçamento do DNIT ou no mês do reajustamento anterior

I<sub>i</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado

9.5. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no Cronograma esteja além da data-base considerada.

9.6. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

9.7. Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

9.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

9.11. Para itens de contratos vigentes que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens devem ser desmembradas, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice. Aplica-se a [Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023](#) ou outra que vier a substituí-la.

9.12. O reajuste será realizado por Apostilamento.

## 10. DAS ALTERAÇÕES

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como do ANEXO X da [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017](#).

10.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

10.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#).

10.4. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Global.

10.5. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária na forma do art. 14 do [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#) c/c com art. 128 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

10.6. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, respeitados os limites do previstos no art. 125 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

10.7. É possível a celebração de termo aditivo de prazo, desde que devidamente justificado pelo Contratado e aceito pela Contratante.

10.8. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês nos moldes do art. 132 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

## 11. RECEBIMENTO

11.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.3. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.4. Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso I, da [Lei nº 14.133/21](#) e alterações posteriores.

11.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **15 (quinze) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art. 140, I, a, da [Lei nº 14.133/21](#) e arts. 22, X e 23 do [Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

11.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 22, X, [Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

11.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (art. 23, X, [Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

11.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.13. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

11.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 140 da [Lei nº 14.133/21](#)).

11.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.16. Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, [Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e,
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.19. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados. (art. 119 da [Lei nº 14.133/21](#)).

11.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.22. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias. (art. 140, § 6º da [Lei nº 14.133/21](#)).

## 12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

12.1.1. A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:

- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
- Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
- Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
- Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf/view>;
- Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
- Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
- Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010;
- Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
- Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;
- Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;
- Estimulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
- Atendimento às Instruções de Serviço do DNIT, principalmente a [Instrução Normativa nº 61, de 17/09/2021](#), que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas – RAC.

12.2. A empresa contratada deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR 10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

## 13. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

13.1. Fica determinado que a CONTRATADA deverá executar os serviços, objeto desta licitação, observando este Termo de Referência e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes no DNIT, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes dos respectivos projetos, instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

13.2. A CONTRATADA se compromete a executar o(s) serviço(s) de acordo com o Projeto de Engenharia, Especificações Gerais para Obras Rodoviárias e demais Normas e Instruções fornecidas pelo DNIT, Normas Técnicas da ABNT e aquelas complementares, alocar todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários, tomar todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado, bem como prevenir e mitigar o impacto sobre o meio ambiente, sobre os usuários e os moradores vizinhos, e que demonstrará rotineiramente à Fiscalização o alcance em todos os serviços e na obra como um todo.

13.3. Estar ciente das condições da licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo DNIT.

13.4. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, peças, acessórios e mão de obra especializada utilizados na execução do objeto desta licitação.

13.5. A CONTRATADA deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-la na execução do contrato (art. 118 da [Lei nº 14.133/21](#)).

13.6. A CONTRATADA deverá alocar durante todo o período dos serviços ao menos 1 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços forem executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado Obras de Construção de Passarelas e /ou OAE'S em Concreto Armado e/ou Protendido, ou em Estrutura Metálica, em Zona Urbana/Rural, contendo a exigência mínima, conforme Tabela constante do item 17.5.8.2 deste Termo de Referência, com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

13.7. A CONTRATADA deverá executar o objeto durante o horário comercial, em caso de necessidade de atendimento em horário extra, a Contratada deverá arcar com todas as despesas não gerando nenhum ônus para o Contratante.

13.8. A CONTRATADA é obrigada a responder por todos os encargos sociais, adicionais (alimentação, EPI, ferramentas, transporte e exames ocupacionais), complementares (cesta básica, assistência médica e seguro de vida), salários, uniformes, impostos e demais encargos inerentes à execução dos serviços prestados.

13.9. A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, devendo garantir a qualidade dos materiais e mão de obra empregados na execução dos mesmos.

13.10. Deverá promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, no prazo determinado, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência.

13.11. A CONTRATADA deverá submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.

13.12. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer danos causados às dependências e equipamentos do Contratante, quando evidenciada a culpa, por ação, omissão, deficiência e negligência de seus técnicos e empregados no desempenho dos serviços contratados.

13.13. Deverá adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

13.14. A CONTRATADA será responsável pelo transporte do pessoal, dos materiais e equipamentos.

13.15. Deverá manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.

13.16. A CONTRATADA deverá manter as mesmas condições de habilitação, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.

13.17. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;



- certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5 de 25 de maio de 2017](#).

- 13.18. Deverá atentar para o cumprimento do recolhimento do ISSQN, conforme a legislação de cada município atravessado pelo segmento objeto do contrato, evitando que venha a ocorrer recolhimento inferior ao município ou superior ao especificado em sua proposta, resultando em estorno de valor ao DNIT.
- 13.19. A CONTRATADA deverá manter os empregados sujeitos às normas disciplinares determinadas pelo DNIT, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o DNIT sendo inteiramente responsável pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários resultantes dos serviços. (art. 121 da [Lei nº 14.133/21](#)).
- 13.20. Deverá pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.
- 13.21. Fornecer mensalmente declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato.
- 13.22. A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao DNIT, nem poderá onerar o objeto desta Concorrência, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o DNIT.
- 13.23. Deverá acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional ao DNIT.
- 13.24. Deverá responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos materiais ou físicos, decorrentes de dolo ou culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, ao DNIT ou a terceiros, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital.
- 13.25. Deverá apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, viaturas e equipamentos), indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros logados necessários, com as respectivas cronologias.
- 13.26. Deverá adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta aos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias (tubulações subterrâneas ou ancoradas às estruturas das OAES), passagens elétricas (inclusive posteamentos) e de comunicação (redes de fibra ótica aérea e/ou subterrânea), dentre outras possíveis.
- 13.27. Deverá assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.
- 13.28. A CONTRATADA deverá realizar todos os controles exigidos pelas especificações do DNIT e ABNT, os quais serão de sua responsabilidade.
- 13.29. Deverá abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DNIT.
- 13.30. Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do DNIT.
- 13.31. Comunicar ao DNIT, sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.
- 13.32. Deverá manter sua avaliação acima da nota 6, conforme AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS contida na [Instrução Normativa nº 39, de 28/07/2021](#) (SEI nº 8777539).
- 13.33. Deverá prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.
- 13.34. Deverá divulgar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), [Portaria nº 1.745, de 29 de março de 2021](#) e suas normas complementares aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividades no DNIT.
- 13.35. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do DNIT em relação a serviços e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.
- 13.36. Também se constitui como obrigação da empresa o registro fotográfico de todos os serviços executados no período, que ajudarão a comprovar a plena execução dos trabalhos. Desse modo, cada encarregado das diversas frentes de serviço deverá dispor de equipamento fotográfico, com a orientação de registrar todas as intervenções realizadas, antes e após sua execução. As fotos deverão conter o registro de data, horário e coordenadas georreferenciadas.
- 13.37. Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do DNIT.
- 13.38. Supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.
- 13.39. A Contratação compreende a totalidade dos serviços, baseado no preço proposto pela licitante, considerado final e incluído todos os encargos, taxas e bonificações.
- 13.40. A CONTRATADA deverá instalar e manter, sem ônus para o DNIT, no canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte do DNIT, bem como meios de transporte adequados para a fiscalização das obras sobre a água, a qualquer tempo, pelo DNIT.
- 13.41. A empresa vencedora da licitação deverá providenciar, já no primeiro mês de vigência do contrato, a implantação de placas indicativas da obra, de acordo com os modelos adotados pelo DNIT, no início e no fim do segmento. A empresa também será responsável pela manutenção das placas de identificação enquanto durar a execução dos serviços.
- 13.42. A empresa vencedora deverá dimensionar suas equipes de modo a manter, a todo o momento durante a vigência do contrato, o trecho em plenas condições de operação, considerando-se o controle da vegetação, a limpeza e desobstrução dos dispositivos de drenagem superficial e profunda e as plenas condições de trafegabilidade e segurança nas pistas e acostamentos.
- 13.43. A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para o DNIT e no interesse da segurança dos usuários da Rodovia e do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas do DNIT, da ABNT e do Ministério do Trabalho.
- 13.44. Deverá disponibilizar e utilizar adequadamente dispositivos de sinalização de obras para a execução dos serviços que envolvem intervenções na pista e no acostamento a fim de que se obtenha um controle temporário de tráfego, com o intuito de alertar os usuários das condições atípicas na pista, no acostamento ou em área contígua ao acostamento, garantindo-se a segurança dos usuários da rodovia e dos trabalhadores envolvidos.
- 13.45. Os dispositivos de sinalização e suas respectivas quantidades foram estimadas no orçamento para fins de determinação de um preço referencial. Os tipos e as quantidades de cada dispositivo a ser utilizado nas situações reais deverão ser determinados de maneira específica para cada caso, em conformidade com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN - Vol. VII - Sinalização Temporária.
- 13.46. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.47. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 13.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 13.49. Conhecer os normativos ambientais, especialmente os relacionados ao PROFAS: Portaria Interministerial MMA/MT nº 288, de 16/07/2013 e Portaria MMA nº 289, de 16/07/2013 e verificar o enquadramento das intervenções pretendidas nas obras às diretrizes do PROFAS.
- 13.50. Persiste a necessidade de Licenciamento Ambiental das áreas de uso, como jazidas, áreas de empréstimo e bota-fora, vinculadas às obras.
- 13.51. A CONTRATADA deverá atender às normas de segurança e saúde no trabalho vigentes durante a execução do empreendimento.
- 13.52. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.53. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado.
- 13.54. Fornecer e manter o Livro Diário de Obras, conforme Norma de Procedimento PRO-097/2007-DNIT, na Sala de Fiscalização do Canteiro de Obras, durante todo o período de execução do contrato. O livro Diário de Obras deverá ser preenchido diariamente pelo engenheiro residente da empresa e pelo fiscal do DNIT. Ao término de cada mês, uma via do Diário de Obras deverá ser anexado à medição mensal dos serviços executados, devendo permanecer outra via arquivada no canteiro de obras da empresa.
- 13.55. Seguir fielmente o Cronograma Físico das etapas de execução dos serviços revertendo qualquer atraso decorrentes de ajustes de projetos, intempéries ou outros imprevistos no transcorrer dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação “in loco” e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se.
- 13.56. Providenciar, junto ao CREA da Unidade da Federação onde se localiza a obra, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.
- 13.57. Manter no Canteiro de Obras a cópia do Contrato, CREA e ART do Eng. Residente, licenças ambientais e demais documentos referentes aos serviços.
- 13.58. Qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize a execução dos serviços deverá ser informada imediatamente ao DNIT.
- 13.59. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- 13.60. A CONTRATADA deverá executar a gestão e monitoramento da qualidade nos serviços executados de acordo com as Normas: DNIT 011/2004 – PRO e DNIT 013/2004 –PRO, quando couber.
- 13.61. A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 13.62. Apresentar na documentação de habilitação, relação contendo os nomes e respectivas funções dos profissionais indicados para compor a equipe técnica indicada para Habilitação Profissional da licitante. Para cada profissional indicado, deverão ser relacionados os Números das Certidões de Acervos Técnicos – CAT, expedidas pelo CREA e/ou Conselho Profissional competente, que comprovem ter o profissional executado os serviços de Construção de Passarelas e /ou OAE’S em Concreto Armado e/ou Protendido, ou em Estrutura Metálica, em Zona Urbana/ Rural com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.
- 13.63. Apresentar organograma com a distribuição dos cargos e funções, acompanhado do Plano da Administração, no qual estejam definidas as atribuições e responsabilidades de todo

pessoal, até o nível de encarregado ou mestre.

13.64. Manter o(s) Profissional(is) que comprovou(aram) ter Capacidade Técnica Profissional para habilitar a empresa no procedimento licitatório, exclusivo(s) ao contrato, durante todo o período efetivo de execução das respectivas etapas da obra, para as quais foi(ram) habilitado(s).

13.65. Somente será possível a substituição de integrantes da equipe técnica pontuada (Capacidade Operacional e/ou Capacidade Profissional) da licitante, por outro(s) que, na forma do **QUADRO - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS POR PROFISSIONAL(IS) DETENTOR(ES) DE ATESTADO(S) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇO(S) COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA LICITAÇÃO** - comprove(m) por meio de Atestado(s)/ Certidão(ões) ou Declaração(ões) e respectivo(s) Acervo(s) Técnico(s) expedido(s) pelo(s) Conselho(s) Regional(is) competente(s), possuir capacitação técnica igual ou superior à dos indicados para serem substituídos, desde que aprovada pela Administração.

13.66. Possíveis alterações na composição ou na quantidade de profissionais da equipe alocada para execução dos serviços, poderão ocorrer mediante prévia solicitação pela contratada e aprovação formal do setor competente, ou ainda, quando solicitadas pelo fiscal e/ou pela Coordenação-Geral gestora do contrato, em função de ineficiência ou da necessidade de dar maior celeridade à execução dos trabalhos.

13.67. Caso seja necessária alteração de profissional(is) indicado(s) na licitação, esta deverá ser averbada ao Contrato por meio de Apostilamento Contratual. O referido profissional que vier a substituir aquele pontuado na fase de habilitação, deverá apresentar os Atestados e/ou Certidões de Capacidade Técnica profissional exigidos.

13.68. Sempre que solicitado pelo Fiscal do contrato, comprovar a vinculação dos funcionários ao contrato.

13.69. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme Art. 137, I, da [Lei nº 14.133/21](#).

13.70. Os projetos, especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido. Constam do Projeto de Engenharia (disponibilizado no site do DNIT): desenhos, especificações, sondagens e outros complementos.

13.71. Cabe informar que o croqui de identificação e localização das fontes de materiais poderá ser readequado somente em hipótese de fato superveniente (ausência de licenciamento ambiental, falta de material, fechamento da usina, paralisação de operação, entre outros, desde que devidamente comprovados) ou a interesse próprio da Administração. No caso de alteração, o croqui deverá ser remodelado a fim de permitir a remuneração dos transportes de acordo com a realidade da obra.

13.72. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a CONTRATADA, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no Edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

13.73. Tão logo o licitante tome ciência de sua adjudicação, deverá providenciar seu cadastramento como usuário externo do sistema "SEI!DNIT", onde será feita a assinatura do contrato. O licitante deverá acessar <http://sempapel.dnit.gov.br/menu-de-navegacao/usuario-externo> e seguir as instruções para se cadastrar.

#### 14. OBRIGAÇÕES DO DNIT

14.1. O DNIT deverá indicar um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o art. 117 da [Lei nº 14.133/21](#) e suas alterações, assim como, fazer cumprir fielmente o que estabelece o Edital e todas as demais disposições legais para contratação e execução dos serviços e obras rodoviárias.

14.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que o licitante vencedor possa cumprir o objeto desta licitação.

14.3. Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.4. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

14.5. A existência e a atuação da fiscalização do DNIT em nada restringe a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

14.6. Efetuar o pagamento mensal nas condições pactuadas.

14.7. Avaliar a CONTRATADA conforme **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS** contida na [Instrução Normativa nº 39, de 28 de julho de 2021](#), ou outra que vier a substituí-la.

14.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5 de 25 de maio de 2017](#).

14.9. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

14.10. Observar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) ([Portaria nº 1.745, de 29 de março de 2021](#)) e suas normas complementares.

14.11. Observar e cumprir o art. 7º do [Decreto nº 7.203 de 4 de junho de 2010](#), vedando que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

14.12. Observar e cumprir determinações presentes no art. 5º da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5 de 25 de maio de 2017](#), quanto a vedações à Administração e seus servidores de praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

- possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas,
- aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;
- exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário;
- direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e
- conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros.

14.13. Atestar a execução do contrato.

14.14. Cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

#### 15. SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei 14.133 de 01 de abril de 2021](#), a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

15.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I - Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

**II - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

**III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do subitem acima, bem como nas alíneas alíneas

“b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

#### IV - Multa:

- i. Moratória de 0,33% (trinta a três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii. Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- iii. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- iv. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.
- v. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.
- vi. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 20% do valor do Contrato.
- vii. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.
- viii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, conforme estabelece o art. 159 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos contratualmente ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.9. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133/21](#).

15.11. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

#### 16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

- a) MODALIDADE: Concorrência (art. 28, II, [Lei nº 14.133/21](#));
- b) REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preços global;
- c) FORMATO DE EXECUÇÃO: Eletrônico (art. 12, VI c/c art. 17, § 2º da [Lei nº 14.133/21](#));
- d) CRITÉRIO DE JULGAMENTO da proposta: Menor preço (art. 33, I, [Lei nº 14.133/21](#));
- e) CRITÉRIOS DE DESEMPATE: Conforme art. 60 da [Lei nº 14.133/21](#);
- f) MODO DE DISPUTA: Aberto (art. 56, I, [Lei nº 14.133/21](#));
- g) VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 7.439.666,32 (sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos) - **Data-base: JANEIRO/2025**.
- h) APLICABILIDADE DAS MARGENS DE PREFERÊNCIA: Não se aplica. O serviço objeto deste Termo de Referência não se enquadra no [Decreto nº 7.174 de 12 de maio de 2010](#) (contratação de bens e serviços de informática e automação);
- i) SERVIÇO CONTÍNUO: Não é aplicável. A presente licitação visa a contratação de serviços de natureza "não-continuada", pois têm como escopo obras de construção de passarelas para melhoria em segurança rodoviária em pontos localizados, ou seja, não contemplam atividades auxiliares e essenciais ao Órgão que devam ser executadas de forma contínua e por período de longa duração. O ANEXO correspondente ao CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO estima um período pré-determinado para a conclusão dos serviços, não caracterizando assim "serviços continuados" para esta contratação.
- j) SERVIÇO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA: Não é aplicável. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 16.2. Modalidade de Licitação:

16.2.1. Será adotada a modalidade CONCORRÊNCIA.

16.2.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como OBRAS, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e fundamento no art. 6º, incisos XII da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)).

16.2.3. Obra é definida como toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

#### 16.3. Regime de Execução:

16.3.1. O regime de execução do contrato será de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL em razão da necessidade da Administração de contratação de serviços que influenciam diretamente na segurança dos usuários da via (pedestres, ciclistas) e cujas características enquadram-se nos requisitos fundamentais para a utilização desse sistema.

16.4. A considerar a real necessidade de viabilizar-se condições seguras de travessia garantindo, inclusive, condições de acessibilidade estabelecidas pela NBR 9050/2015 e mitigar a situação conflituosa existente entre o elevado e crescente volume de tráfego de veículos *versus* quantidade de pedestres/ciclistas que realizam diariamente a travessia na rodovia federal BR-135/MA, no segmento considerado, por ser a rodovia densamente ocupada às suas margens por diversos tipos de atividades que vão desde a ocupação e uso do solo por imóveis residenciais, unidades de ensino, unidades de saúde, comércio de variados tipos é que se justifica a pretendida contratação.

16.5. O objeto a ser contratado envolve essencialmente a implantação de 2 (duas) passarelas rodoviárias, em estrutura mista de concreto e aço, a serem construídas em pontos localizados da rodovia federal BR-135/MA, a saber: km 1,50 e 5,50. Para tanto, a CONTRATADA deverá considerar as Normas técnicas conforme descrição no item 5.4.10 deste Termo de Referência, inclusive cabendo empregar normas técnicas estrangeiras, no que couber.

16.6. A opção pela EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL visa ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes, promover a troca de

experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público, incentivar a inovação tecnológica, assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para aplicação de recursos públicos e selecionar da proposta mais vantajosa para a administração pública.

- 16.7. A adoção tem arrimo no art. 46, inciso II, da [Lei nº 14.133/21](#).
- 16.8. **Forma de Execução:**
- 16.8.1. A opção é pela forma ELETRÔNICA, em atendimento ao art. 17, §2º, da [Lei nº 14.133/21](#) que indica que as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.
- 16.9. **Modo de disputa:**
- 16.9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, nos termos do art. 56, inciso I da [Lei nº 14.133/21](#).
- 16.10. **Julgamento da proposta:**
- 16.10.1. O critério de julgamento da licitação será o de Menor Preço (artigo 33, I, da [Lei nº 14.133/21](#)).
- 16.10.2. O julgamento por menor preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.
- 16.10.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do artigo 59 da [Lei nº 14.133/21](#).
- 16.10.4. A avaliação da exequibilidade e do sobrepreço considera o preço global da proposta (art. 46, § 9º, [Lei nº 14.133/21](#)).
- 16.10.5. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no Edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, [Lei nº 14.133/21](#)).
- 16.10.6. Conforme preceito da Lei nº 14.133/2021 no Artigo 59, § 4º: No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (art. 59, § 4º, [Lei nº 14.133/21](#)).
- 16.10.7. Da forma exposta na legislação, considerando que a legislação faculta à administração a discricionariedade da realização de diligência;
- 16.10.8. Considerando a menção tácita no § 4º do Artigo 59 em que é manifestadamente inexequível propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração; e
- 16.10.9. Considerando que o TCU em publicações recentes, já tratando da NLLC, faz alusões à presunção relativa a ser seguida na interpretação do §4º do art. 59 da Lei 14.133/2021, a exemplo da Nota Técnica AudTI/TCU 8/2023, elaborada pela Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI) do Tribunal de Contas da União. O Ministro Bruno Dantas reconhece:

"8.12.6.3 Presunção relativa de inexequibilidade  
684. Com relação ao § 1º do art. 48 da Lei 8.666/1993, deve ser observado o entendimento consolidado na Súmula - TCU 262, de modo que há a presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta:  
O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.  
**685. Não se vê obstáculo para aplicar a súmula citada à Lei 14.133/2021, art. 59, § 4º.**  
686. Assim, deve-se considerar a presunção da inexigibilidade na aplicação do § 1º do art. 48 da Lei 8.666/1993 e do § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021. De acordo com a Lei 14.133/2021, art. 59, § 2º, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.  
(...)  
690. Assim, embora haja critérios matemáticos na Lei 8.666/1993 e na Lei 14.133/2021, para aferir-se a inexequibilidade das propostas relativas a obras e serviços de engenharia, cuja aplicação foi aventada para outras contratações em julgados do TCU72, trata-se de presunção relativa, isto é, **a desclassificação não é automática**. A Administração deve dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. Nesse caso há inversão do ônus da prova." (*Grifo nosso*)

16.10.10. **No caso de obras e serviços de engenharia, serão considerados indícios de inexequibilidade nas propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.**

- 16.11. **Critérios de aceitabilidade de preços:**
- 16.11.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação, observadas todas as regras da seção "julgamento da proposta"
- 16.11.2. É necessário que o licitante apresente o Cronograma Físico-Financeiro e os Critérios de Pagamento, com estrutura de acordo com os modelos disponibilizados nos **anexos correspondentes**, adaptado à proposta.
- 16.11.3. Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço unitário, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato, conforme art. 56, §5º, da [Lei nº 14.133/21](#).

17. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

- 17.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 17.2. **Habilitação jurídica:**
- 17.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 17.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 17.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-o-certificado-de-condicao-de-microempreendedor-individual>.
- 17.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 17.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade **federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.**
- 17.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 17.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 17.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 17.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 17.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
- 17.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 17.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 17.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 17.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).
- 17.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 17.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 17.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 17.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 17.4. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 17.4.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa será calculada através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro).
- 17.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, consoante art. 69, caput, inciso II, [Lei nº 14.133/21](#).
- 17.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observando ainda:



- a) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- b) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

17.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil - RFB para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, conforme § 4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

17.4.5. Será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total da proposta.

17.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º da [Lei nº 14.133/21](#)).

17.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

17.5. **Qualificação Técnica:**

17.5.1. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

17.5.2. A Experiência Específica da Proponente para Habilitação Técnica estará condicionada à comprovação das seguintes exigências:

a) Capacidade Operacional: A licitante (pessoa jurídica) deverá comprovar experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, e ter executado as parcelas de maior relevância, de acordo com as tabelas adiante, elaboradas conforme o disposto na Portaria nº 108, de 01/02/2008, do Ministério dos Transportes, complementadas pela Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9242579), alterada pela Instrução Normativa nº 4/2022 (SEI nº 10705733), por meio de “Atestado” e/ou “Certidão” e/ou “Declaração”, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

b) Capacidade Profissional: O “profissional técnico indicado” deverá comprovar experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, e ter executado as parcelas de maior relevância, de acordo com as tabelas adiante, elaboradas conforme o disposto na Portaria nº 108, de 01/02/2008, do Ministério dos Transportes, complementadas pela Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9242579), alterada pela Instrução Normativa nº 4/2022 (SEI nº 10705733), por meio de “Atestado” e/ou “Certidão” e/ou “Declaração”, emitido por pessoa jurídica e registrado no Conselho Regional ou Entidade de Registro Profissional competente.

17.5.3. O “profissional técnico indicado” (responsável) só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

17.5.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

17.5.5. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

17.5.6. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação, em plena validade.

17.5.7. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

17.5.8. Para comprovar a aptidão à execução do objeto a ser contratado, a LICITANTE deverá atender às exigências quanto à capacidade técnica operacional e à capacidade técnica profissional, conforme descrito a seguir:

17.5.8.1. A LICITANTE deve comprovar experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, e que comprove ter executado as parcelas de maior relevância, de acordo com as tabelas adiante, elaboradas conforme o disposto na [Instrução Normativa nº 58 DNIT/SEDE, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI nº 9242579), alterada pela [Instrução Normativa nº 4, de 08 de março de 2022](#) (SEI nº 10705733). A comprovação deve ser feita por meio de “atestado” e/ou “certidão” e/ou “declaração”, emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA ou Conselho Profissional Competente (**capacidade técnica operacional**).

17.5.8.2. A LICITANTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo:

a) Construção de Passarelas e /ou OAE'S em Concreto Armado e/ou Protendido, ou em Estrutura Metálica, em Zona Urbana/Rural, contendo a exigência mínima, conforme Tabela:

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL			
LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)		QUANTIDADE (m2)
Único	Área do tabuleiro (SUPERESTRUTURA METÁLICA)		
	Comprimento 70,00 m	Largura 2,50 m	175,00
Exigência:	50% da área indicada		87,50 m2
Observação: Para a comprovação da exigência acima é permitido o somatório de atestados para o item a ser comprovado de ÁREA DE TABULEIRO.			

b) A licitante deverá comprovar ter executado, Obras Rodoviárias de complexidades equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, contendo os serviços e quantitativos dispostos no quadro de Capacidade Operacional, que corresponde a **50% (cinquenta por cento)** dos totais dos **ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA** previstos no orçamento referencial, conforme Tabela a seguir:

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL			
É VEDADO O SOMATÓRIO			
SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS		UNID.	QUANT. ORÇADA
			QUANTIDADE EXIGIDA (50%)
GUARDA CORPO E CORRIMÃO METÁLICO PARA PASSARELA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO		M	900
ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 - FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO		KG	53.264,38
FORMA DE COMPENSADO PLASTIFICADO 14 MM - CONFECCÃO, INSTALAÇÃO E RETIRADA		M2	2.387,42
Observação: Para a comprovação da exigência acima NÃO é permitido o somatório de atestados para os itens a serem comprovados.			

17.5.8.3. Os serviços elencados na Tabela acima foram selecionados por se tratar de serviços representativos, restringindo-se aos itens de maior relevância técnica e financeira contidas no objeto a ser licitado, em número máximo de 8 (oito) itens, e não superior a 50% (cinquenta por cento) das quantidades licitadas para o serviço específico.

17.5.8.4. A licitante individual deverá comprovar ter executado, os itens de “maior relevância mais propensos à vedação de somatório de Atestados”, ou itens da mesma categoria de complexidade equivalente ou superior, contendo os quantitativos exigidos.

17.5.8.5. A licitante deverá comprovar ter executado, os seguintes itens de “maior relevância menos propensos à vedação de somatório de atestados”, ou itens da mesma categoria de complexidade equivalente ou superior, contendo os quantitativos exigidos.

17.5.8.6. O LICITANTE deverá preencher as informações constantes do **QUADRO - RELAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) EXECUTADO(S) PELO PROPONENTE COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA LICITAÇÃO**.

17.5.9. O “profissional técnico indicado” deverá ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante elaborada conforme o disposto na Instrução Normativa nº 58 DNIT/SEDE, de 17 de setembro de 2021, alterada pela Instrução Normativa nº 4, de 08 de março de 2022. A comprovação deve ser feita por meio de “atestado” e/ou “certidão” e/ou “declaração”, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participaram da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação (**capacidade técnica profissional**).

17.5.9.1. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa LICITANTE, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente devidamente atualizada, no caso de prestador de serviços com contrato escrito firmado com o LICITANTE, será aceita a declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o LICITANTE venha ser o vencedor do certame.

17.5.9.2. O profissional de nível superior especificado neste item, poderá ainda comprovar seu vínculo com a empresa licitante mediante cópia de Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE).

17.5.9.3. A licitante deverá obrigatoriamente apresentar relação dos serviços executados por profissionais de nível superior vinculados à empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante Atestados e/ou Certidões de Capacidade Técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.

17.5.9.4. Apresentação do(s) profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, em consonância ao disposto no art. 67 da [Lei nº 14.133/21](#), conforme abaixo indicado(s):

CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL		
LOTE	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	UNID.
ÚNICO	CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS E /OU OAE'S EM CONCRETO ARMADO E/OU PROTENDIDO, OU EM ESTRUTURA METÁLICA, EM ZONA URBANA/RURAL	UNID.
	GUARDA CORPO E CORRIMÃO METÁLICO PARA PASSARELA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M
	ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 - FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO	KG
	FORMA DE COMPENSADO PLASTIFICADO 14 MM - CONFECCÃO, INSTALAÇÃO E RETIRADA	M2

**Nota:** O profissional de nível superior especificado neste item, poderá ainda comprovar seu vínculo com a empresa licitante mediante cópia de Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE).

- 17.5.9.5. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 17.5.9.6. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 17.5.9.7. A exigência de atestados é restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- 17.5.9.8. Em caso de CONSÓRCIO será permitida a apresentação de 1 (um) atestado por empresa, os quais serão submetidos a uma ponderação na contabilização das quantidades atestadas em função do percentual de participação de cada empresa no consórcio, conforme equação constante no Anexo I da [Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021](#).
- 17.5.9.9. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 17.5.9.10. A licitante deverá apresentar Declaração formal de que os equipamentos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pelo DNIT, por ocasião da contratação e sempre que necessário.
- 17.5.9.11. A licitante deverá apresentar Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 17.5.9.12. O LICITANTE deverá preencher as informações constantes do **QUADRO - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS POR PROFISSIONAL (IS) DETENTOR DE ATESTADO (S) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇO(S) COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA LICITAÇÃO**.
- 17.5.10. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 17.5.10.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da [Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 17.5.10.2. A Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 17.5.10.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 17.5.10.4. O registro previsto na [Lei nº 5.764, de 1971](#), art. 107;
- 17.5.10.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 17.5.10.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação;
  - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
  - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
  - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
  - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
  - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
  - g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da [Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 18.1. O orçamento estimado pela Administração terá caráter **público**, constante no processo SEI nº 50615.000227/2021-38, tendo por base o mês de **JANEIRO DE 2025**. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.
- 18.2. **Referência de preços:**
- 18.2.1. As premissas básicas mais relevantes que pautaram a elaboração do orçamento referencial estão contidas nos seguintes documentos:

- **Sistema de Custos Referenciais de Obras – Novo SICRO, mês Data-base JANEIRO/2025, SEM DESONERAÇÃO, para o Estado do Maranhão;**
- **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mês Data-base JANEIRO/2025, SEM DESONERAÇÃO, para o Estado do Maranhão;**
- BDI: 31,54% (trinta e um vírgula cinquenta e quatro), encargos sociais, adicionais e complementares, por categoria profissional, conforme Relatório Sintético de Mão de Obra do novo SICRO e Manuais do novo SICRO;
- Foram elaborados orçamentos nas condições de recolhimento de tributos onerada e desonerada, conforme orientação contida na [Instrução Normativa DNIT nº 62, de 17 de setembro de 2021](#) e, em conformidade com o art. 7º da [Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#), dos quais adotou-se o menor orçamento - sem desoneração de mão de obra, garantindo assim maior economicidade à Administração Pública;
- Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes do Novo SICRO (2017);
- [Instrução Normativa nº 62/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI nº 9245343);
- [Instrução Normativa nº 1, de 24/01/2023](#) - Regulamenta a aplicação dos índices de reajustamentos de contratos de obras e serviços de engenharia no âmbito do DNIT (SEI nº 13546239);
- [DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013](#).

- 18.2.2. Os preços referenciais que subsidiaram a elaboração do Orçamento Referencial foram executados a partir das composições de preço do SICRO e SINAPI para o Estado do Maranhão, tendo como mês Data-base **JANEIRO/2025, SEM DESONERAÇÃO**, opção mais vantajosa para a administração, conforme previsão legal contida no Art. 23, § 2º da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#) e [DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013](#), que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, em especial ao previsto no Art. 4º, que diz que:

*Art. 4º O custo global de referência dos serviços e obras de infraestrutura de transportes será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.*

- 18.2.3. Nos casos em que os insumos ou composições de serviços discriminados no quadro de quantidades não constavam nas tabelas referenciais citadas, foram elaboradas novas composições de preços unitários segundo as normas vigentes no DNIT.
- 18.2.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na Matriz de Risco constante do Contrato (art. 22, §2º da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)).
- 18.2.5. O custo estimado da contratação é conforme orçamento detalhado e resumo seguinte:

Orçamento:	R\$ 7.439.666,32 (sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos)
Referência:	SICRO/MA e SINAPI/MA
Data Base:	JANEIRO/2025 (SEM DESONERAÇÃO)
Taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI):	<p><b>BDI:31,54% (trinta e um vírgula cinquenta e quatro)</b> - Planilha Sem Desoneração (Onerado);</p> <p><b>NOTA 1:</b> Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário;</p> <p><b>NOTA 2:</b> O orçamento de referência do DNIT foi elaborado com as alíquotas de PIS e COFINS de 0,65% e 3,00% respectivamente, admitindo-se o Regime Tributário de LUCRO REAL.</p> <p><b>NOTA 3:</b> De acordo com a opção do recolhimento dos tributos previdenciários da contratada, o contrato poderá ser ajustado.</p> <p><b>NOTA 4:</b> É de inteira responsabilidade da licitante obter informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas a fornecimento nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.</p>

- 18.3. **Matriz de Risco:**
- 18.3.1. Matriz de Risco é o instrumento que define as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato. Com base na Matriz de Risco, são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.
- 18.3.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.
- 18.3.3. Os casos fortuitos ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Risco são de responsabilidade da CONTRATADA.

- 18.3.4. Constitui peça integrante deste contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o **Anexo IV - Matriz de Risco 1A e 1B**.
- 18.3.5. O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.
- 18.3.6. A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.
- 18.4. A CONTRATADA declara:

• Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato;

• Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

19. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- 19.1. De acordo com a Portaria Interministerial nº 1, de 4 de novembro de 2020, que dispõe sobre a Regularização Ambiental Federal de Rodovias Federais pavimentadas, é necessária a aquisição da Autorização de Operação para execução dos serviços contratados.
- 19.2. A CONTRATADA deverá verificar junto à Superintendência Regional se a Autorização de Operação foi emitida para o Estado e somente mediante a obtenção da Autorização de Operação, ficam autorizadas as atividades descritas no art. 10 da Portaria supracitada (P I nº 1, de 2020).
- 19.3. Caso não tenha sido emitida, deverá prosseguir de acordo com as regras de transição, determinadas pelo art. 16, § 4º da Portaria Interministerial nº 1, de 2020:

Art. 16. As rodovias objeto desta Portaria sujeitas a licenciamento ambiental ou em processo de regularização ambiental federal deverão se adequar às disposições ora previstas.

[...]

§ 4º Até a emissão de Autorização de Operação prevista nesta Portaria, devem ser observadas as seguintes regras de transição:

I - Nos trechos rodoviários enquadrados nesta Portaria e que foram contemplados em TCRA's, ficam autorizadas as atividades previstas no art. 8º da Portaria Interministerial MMA/MT nº 288, de 2013, e no art. 19 da Portaria MMA nº 289, de 2013, desde que observados os respectivos procedimentos de comunicação prévia ao órgão licenciador e de mitigação e controle ambiental; e

II - Nos trechos rodoviários enquadrados nesta Portaria e que não foram contemplados em TCRA's, ficam autorizadas apenas as atividades de manutenção e desde que sejam adotados os procedimentos de comunicação prévia ao órgão licenciador e de mitigação e controle ambiental similares aos exigidos nas hipóteses do inciso I deste parágrafo.

- 19.4. Na transição, de acordo com o Parágrafo 1º, do artigo 19, da Portaria nº 289/2013 (MMA), revogada parcialmente pela Portaria nº 365/2014 (Altera o Anexo II da Portaria no 289, de 16 de julho de 2013), as atividades de manutenção autorizadas no âmbito do PROFAS deverão ser comunicadas ao IBAMA, para manifestação, mediante Relatório de Comunicação de Obras (RCO), com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias antes do seu início. O modelo para confecção do RCO será disponibilizado pelo DNIT.
- 19.5. A CONTRATADA deverá apresentar à respectiva Unidade Local do DNIT o Relatório de Comunicação de Obras, que será avaliado pela Superintendência Regional e, caso necessário, devolvido para alterações ou complementações.
- 19.6. Tais informações, Relatório de Comunicação de Obras e a Caracterização da Área de Preservação Permanente ou Inventário Florestal, devem ser apresentados, em prazo hábil, pela CONTRATADA à Unidade Local respectiva do DNIT para validação e, será encaminhado pela Superintendência Regional ao IBAMA com cópia à Coordenação-Geral de Meio Ambiente - CGMAB, para os devidos trâmites necessários ao cumprimento das determinações do PROFAS, de forma a possibilitar o atendimento aos prazos previstos na Portaria nº 289/2013 (MMA).
- 19.7. No âmbito da Regularização Ambiental Federal de Rodovias Federais Pavimentadas, se faz obrigatória a CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), caso não seja necessária a supressão de vegetação com rendimento lenhoso ou de espécies legalmente protegidas, ou o INVENTÁRIO FLORESTAL que deverá ser apresentado à fiscalização do contrato para os casos em que haja necessidade de supressão vegetal com rendimento lenhoso ou de espécies legalmente protegidas. O inventário florestal será protocolado no IBAMA para obtenção da Autorização de Supressão Vegetal – ASV, que permitirá acesso à APP para execução dos serviços contratados. A definição de rendimento lenhoso se encontra no inciso XV, do art. 3º, da Portaria Interministerial nº 1, de 2020.
- 19.8. Os pedidos de Autorização para Supressão Vegetal (ASVs) específicas das atividades a serem realizadas em tais segmentos em regularização ambiental deverão ser solicitadas pela CONTRATADA via Superintendência Regional à CGMAB, para que sejam realizadas via SINAFLOR, conforme orientações já encaminhadas por meio do Ofício-Circular nº 4498/2020/CRIAM/CGMAB/DPP/DNIT SEDE de 15/09/2020 (SEI 6437862).
- 19.9. Destacamos que a supressão de vegetação exótica é dispensada de ASV, ainda que mediante geração de rendimento lenhoso, conforme informado através dos Memorandos Circulares nº 959/ 2018/CAAOS/CGMAB/DPP/DNIT SEDE de 20/04/2018 (SEI 0880537) e nº 1298/2018/CAAOS/CGMAB/DPP/DNIT SEDE de 09/05/2018 (SEI 1009349).
- 19.10. Ainda, conforme os Ofícios nº 117/2019/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC (SEI! nº 2875913) de 21/03/2019, nº 375/2019/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC (SEI! nº 4340391) de 17/10/2019 e o Ofício-Circular nº 3721/2019/ACE - DPP/DPP/DNIT SEDE de 08/10/2019, a supressão de vegetação em OAEs com notas 1 e 2 no Sistema de Gerenciamento de Obras de Arte Especiais (SGO), por se tratar de situação excepcional, envolvendo riscos maiores à integridade humana e do meio ambiente, as obras com urgência e emergência, poderão efetuar intervenção imediata para conter e recuperar a área, visando exclusivamente a retomada do seu pleno tráfego, sem necessidade de solicitar manifestação prévia ao IBAMA.
- 19.11. Persiste a necessidade de Licenciamento Ambiental das áreas de uso, como jazidas, áreas de empréstimo e bota-fora, vinculadas às obras. Deste modo, salienta-se que a Instrução Normativa nº 61/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021 (SEI nº 9244340) dispõe sobre a responsabilidade ambiental das construtoras contratadas pelo DNIT, ou a que a venha substituir.

20. SEGURANÇA VIÁRIA DURANTE AS INTERVENÇÕES

- 20.1. Todas as intervenções na rodovia sob responsabilidade da Contratada devem seguir rigorosamente as normas e projetos-tipo do [Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias \(IPR-738, 2010\)](#) publicado pelo DNIT, disponível em <http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/publicacoes>.
- 20.2. As intervenções a serem realizadas devem seguir os Projetos - Tipo do Manual enumerados segundo a tabela a seguir:

INTERVENÇÃO	PROJETO-TIPO (IPR-738)	OBSERVAÇÃO
Intervenção fora da pista	Tipo 01	Não deve haver veículos da obra parados ou estacionados no acostamento ou pista.
Bloqueio do acostamento	Tipo 02	Em obras com até 1 dia de duração, podem ser utilizados cones.
Intervenção com bloqueio de 1 sentido de circulação e operação PARE e SIGA	Tipo 06	Aplicada para obras com duração maior que 04h. Em obras com até 1 dia é facultado utilizar cones, caso se prolongue, devem ser utilizados barreiras ou cilindros. Em caso de obras mais céleres, utilizar tipo 26.
Intervenção com bloqueio de 1 sentido de circulação e operação PARE e SIGA	Tipo 26	Aplicada apenas para obras móveis, ou seja, com duração até 04h. Em caso de obras mais longas, utilizar tipo 06.

- 20.3. Os Projetos-tipo devem ser adequados de acordo com as instruções da Publicação IPR-738 de forma que a pré-sinalização não seja iniciada nem em curvas horizontais, nem em curvas verticais, garantindo a todo momento a visibilidade mínima da primeira placa de advertência de 200 m.
- 20.4. As frentes de ataque que permaneçam mobilizadas durante o período noturno, mesmo sem que haja intervenções no período, devem prever dispositivos luminosos para aumentar a visibilidade.
- 20.5. A sinalização deve permanecer na via apenas pelo tempo necessário para execução da intervenção, devendo ser retirada ou coberta quando a obra não tiver mais interferência com o tráfego.
- 20.6. Qualquer sinalização permanente que conflite com a sinalização de obras deve ser coberta durante a execução da intervenção.
- 20.7. Quaisquer dúvidas ou disputas no entendimento da Publicação IPR-738, a Fiscalização deve consultar a Coordenação de Engenharia de Trânsito da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária (CET-DIR) para dirimir os pontos em questão.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 21.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - **Gestão/Unidade:** 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT;

II - **UASG/UGR:** 393030 na Declaração de Existência de Recursos DISPEO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MA - DNIT;

III - **Fonte de Recursos:** 1000;

IV - **Programa de Trabalho:** 26.782.3106.163Q.0020;

V - **Declaração de Compatibilidade com o Plano Plurianual, no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro:** Na Declaração de Existência de Recursos Orçamentários e na Declaração exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 15 a 17) constam informações de que a despesa prevista para o empreendimento se encontra no Plano Plurianual – PPA 2024-2027 (Lei nº 14.802/2024) tendo adequação orçamentária e financeira com a Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025 e compatibilidade com a Lei de

Diretrizes Orçamentária - LDO (Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024) conforme documentos **SEI nº 22581666 e 22581673**.

VI - Elemento de Despesa: 449051;

VII - Plano Interno: MT00802;

21.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

22. **RESPONSÁVEIS/CONTATO**

22.1. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto à Unidade Local de Pedrinhas, conforme informações abaixo:

- Eng.º Wallace Alan Blois Lopes - Analista de Infraestrutura em Transportes. Telefones: (98) 2107-4034 / (98) 2107-4554. Endereço: Rua Jansen Muller, nº 37, Centro, São Luís/MA. CEP 65.020-290.
- Eng.º Glauco Henrique Ferreira da Silva - Coordenador de Engenharia Terrestre. Telefones: (98) 2107-4516 / (98) 2107-4547. Endereço: Rua Jansen Muller, nº 37, Centro, São Luís/MA. CEP 65.020-290.

23. **ANEXOS**

23.1. Integram o presente Termo de Referência os seguintes anexos:

- 23.1.1. ANEXO I - Termo de Referência - Passarelas Rodoviárias - km 1,50 e 5,50 - rodovia federal BR-135/MA.
- 23.1.2. ANEXO II - Projeto de Execução de Obras de Arte Especiais – Fase Executiva – Passarelas, Volume 2 - disponível no (SEI nº 14518231).
- 23.1.3. ANEXO III - Quadros Habilitação - Capacitação e Qualificação.

- Quadro 1: Relação dos serviços executados por profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) compatível(is) com o objeto da licitação;
- Quadro 2: Relação dos serviços executados pelo proponente compatível(is) com o objeto da licitação;
- Quadro 3: Relação e vinculação da equipe técnica; e
- Quadro 4: Identificação, formação e experiência da equipe técnica.

23.1.4. ANEXO IV - Quadros Planilhas.

- Quadro 1: Orçamento base;
- Quadro 2: Orçamento base (Editável);
- Quadro 3: Cronograma Físico-Financeiro;
- Quadro 4: Cronograma Físico-Financeiro (editável);
- Quadro 5: Composições de preços unitários;
- Quadro 6: Composições de preço unitário (editável);
- Quadro 7: BDI;
- Quadro 8: DMT;
- Quadro 9: Resumo administrações / canteiro;
- Quadro 10: Curva ABC de Serviços.

23.1.5. ANEXO V - Critérios de Pagamento.

23.1.6. O pagamento será efetuado em parcelas(s) sucessivas(s) de acordo com o cronograma físico executado da obra devidamente atestada pela fiscalização técnica responsável conforme determinação da Administração;

23.1.7. As medições serão realizadas mensalmente e corresponderão às etapas efetivamente executadas no período, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado;

23.1.8. A contratada deverá apresentar Nota fiscal correspondente ao valor medido e atestado, Boletim de medição assinado pela fiscalização além de documentos fiscais e trabalhistas exigidos conforme a referida legislação;

23.1.9. O pagamento poderá ser suspenso caso haja divergência entre a medição e a execução, inadimplemento de encargos trabalhistas, previdenciários ou fiscais, além de não atendimento às cláusulas contratuais.

24. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Os serviços deverão ser executados guardando obediência aos preceitos de desenvolvimento sustentável, aos critérios de sustentabilidade ambiental, aos princípios estabelecidos na Política Ambiental do Ministério dos Transportes, às políticas ambientais e diretrizes ambientais estabelecidas pelo DNIT e, atendendo ainda, às disposições deste Termo de Referência.

24.2. Todos os trabalhos serão desenvolvidos obedecendo a um sistema de planejamento e controle previamente acordado com a fiscalização a qual ficará encarregada, no âmbito da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão, de fiscalizar os serviços previstos neste Termo de Referência.

24.3. Os materiais industrializados e naturais a serem empregados nas obras deverão ser de boa qualidade e enquadrar-se nas normas e especificações do DNIT.

24.4. A remuneração pelo transporte de todo e qualquer material empregado encontra-se inserido no custo unitário dos respectivos serviços.

24.5. Os serviços serão medidos, de acordo com os eventos preestabelecidos no **ANEXO - CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS**, após sua devida conclusão

24.6. As medições das parcelas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

24.7. As medições serão feitas mensalmente, respeitando no mínimo o percentual de cada parcela, de acordo com o cronograma físico-financeiro adotado e aceito pelo DNIT.

24.8. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, em uma ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

24.9. Se para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

24.10. A responsabilidade pela exatidão de todos os quantitativos, distâncias de transporte e demais elementos integrantes do orçamento é de responsabilidade dos projetistas, conforme respectivas Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Os projetos executivos fazem parte do Volume 2 - Projeto de Execução de Obras de Arte Especiais – Fase Executiva – Passarelas (SEI nº 14518231).

24.11. A Administração Local será remunerada proporcionalmente à execução financeira do contrato, em cumprimento ao subitem 9.3.2.2. do Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU-Plenário e Manual de Custos do novo SICRO.

24.12. O Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a Administração Local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à Administração Local serão realizados conforme a execução financeira da obra.

24.13. Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

24.14. O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado. A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DNIT.

25. **DECLARAÇÃO/ASSINATURA**

25.1. Declaro que sou responsável pela elaboração destes Atos Preparatórios e Termo de Referência, que correspondem à “Contratação de empresa(s) especializada(s) para **Execução das Obras de Implantação de Passarelas na Rodovia Federal: BR-135/MA; Trecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL – ENTR MA-135/364 (DIV MA/PI) (GUADALUPE); Subtrecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL – ACESSO MARACANÃ; Locais: km 1,50 e km 5,50, Lote: Único**”, para constar como anexo ao Edital.

25.2. Declaro, ainda, que o Projeto Executivo de Engenharia contém o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados.

25.3. O presente Termo de Referência está adequado ao que dispõe o art. 6º, XXIII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como ao que dispõe o art. 3º, I, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022](#).

(assinado eletronicamente)

**Eng.º WALLACE ALAN BLOIS LOPES**

Analista em Infraestrutura de Transportes

Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos/SPP/SRE-MA/DNIT

25.4. **Ciente e de acordo.** Concorde com as informações contidas nos Atos Preparatórios e seus anexos para licitação, além disso estou de acordo com as informações prestadas na(s) declaração(ões) e assinatura(s) acima, e recomendo sua aprovação.

(assinado eletronicamente)



**Eng.º GLAUCO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA**  
Analista em Infraestrutura de Transportes  
Coordenador de Engenharia Terrestre/SRE-MA/DNIT

25.5. **Ciente e de acordo.** Aprovo as informações contidas nos Atos Preparatórios e seus anexos para licitação, além disso estou de acordo com as informações prestadas na(s) declaração(ões) e assinatura(s) acima.

(assinado eletronicamente)  
**BRENO PEREIRA ALMEIDA**  
Superintendente Regional no Estado do Maranhão/DNIT  
Substituto

São Luís, MA 07/11/2025



Documento assinado eletronicamente por **Wallace Alan Blois Lopes, Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos**, em 07/11/2025, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Henrique Ferreira Da Silva, Coordenador de Engenharia Terrestre**, em 11/11/2025, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Breno Pereira Almeida, Superintendente Regional no Estado do Maranhão - Substituto(a)**, em 11/11/2025, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21218792** e o código CRC **F3EA83FF**.